da mais havendo a tratar o Sr. Presidente determinou para a Ordem do Dia da próxima sessão os seguintes projetos: ① Projeto lei Nº 007/79 de autoria do Chefe do Executivo que "Autoriza a Realização de Obras de Pavimentação Asfaltica e dá outras providencias"; ② Projeto de Resolução de autoria do Ver. Inácio Candido de Souza que "Autoriza a Câmara Municipal a firmar contrato com a Rádio Cultura", e encerrou a presente reunião em nome de DEUS.

Sebastião Brasileiro de Castro - Presidente

Ernio Mendes de Siqueira

Inácio Candido de Souza

Álvaro Gonçalves Pedrosa

Glóris Ribeiro

Jesus Rezende Pereira

Deborah Oliveira

Leonidas de Souza Lima

Ata da terceira reunião do quinto período de reuniões ordinárias da Câmara Municipal de Barros (junho) da sessão Legislativa de mil novecentos e setenta e nove. Aos dezoito dias do mês de junho do ano em curso, reuniram-se na sala de reuniões do Legislativo Barrense, os seguintes vereadores: Glóris Ribeiro, Dr. Sebastião Brasileiro de Castro, Ernio Mendes de Siqueira,

Cândido de Souza, Jésus Rezende Pereira, Maria Aparecida Mesquita, Sebastião Ferreira, José Santana, Álvaro Eustáquio Pedrosa, Reges Cornélio, Aldair Ferreira, Fausto Pedroso e Dr. José Lopes da Silva. A mesa foi presidida e secretariada pelos titulares respectivamente: Elóris Ribeiro e Ennio Mendes de Siqueira. A ata da reunião anterior, foi aprovada por aqueles vereadores que quizeram subscrevê-la. Na leitura do expediente registrou-se Correspondências recebidas: ofício Nº 8.633/79 - Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. - envia resposta ofício 039/79 e em anexo solicitações de comparecimentos dos interessados em extensão de rede de energia elétrica; ofício Nº 289/79 - Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais - envia resposta ofício 104/79; Solicitação da Câmara Municipal de Três Corações, em anexo as proposições Nº 04/79 e 05/79 de autoria do Sr. Presidente daquela Edilidade Dr. Vitor de Souza Campos; Convite de casamento de Taísa e Walter; Convite para as Bodas de Prata de Elere e Hermani; Família Salgado agradece ofício enviado; Família Clemente agradece ofício enviado. Correspondências expedidas: ofícios expedidos ao Sr. Prefeito de Nº 140/79; 142/79; 143/79; 144/79; 145/79; 147/79; 157/79; ofício 136/79 - pesames aos familiares do Sr. Francisco Bastos Lima; ofício 137/79 - pesames aos familiares do Sr. Francisco Pinto de Souza; ofício 138/79 - pesames aos familiares do Sr. Miguel Alves dos Santos; ofício 139/79 - solicitação ao Sr. Roberto Reinh de Assis; ofício 141/79 - encaminha Diploma de Honra ao Mérito ao Dr. Geraldo Bhering Pedroso; ofício 146/79 - congratulações a Sra Apolonia Batista Medina; ofício 148/79 - solicitação ao Deputado Federal João Castejon Branco; ofício 149/79 - solicitação ao Sr. Bonifácio José Tamm de Andrade; ofício 150/79 - solicitação ao Sr. Presidente da Praça de Espo-

Esportes de Minas Gerais; ofício 152/79 - solicitação à Secretaria de Trabalho e Ação Social; ofício 153/79 - solicitação ao Diretor Geral da Copasa; ofício 155/79 - solicitação ao Sr. Raimundo Nonato Neves; ofício 156/79 - solicitação ao Sr. Luiz Gomide. Deram entrada na secretaria os seguintes requerimentos: ① De autoria do Vr. Reynaldo Cornélio, requerendo que seja enviado ofício ao Sr. Prefeito, solicitando os reparos na Rua São Salvador, bairro Vera Cruz, nesta cidade, que se encontra em péssimas condições de trânsito para veículos e pedestres. ② Que seja enviado ofício de pesames aos familiares da Sra Maria José de Assis. ③ Que seja enviado à Copasa, escritório local, solicitando a realocação de uma torneira junto ao Poço Artesiano do bairro Bauminhas, com justificativa anexa. Os referidos requerimentos acima mencionados, serão ouvidos a Casa em outra oportunidade, tendo em vista a convocação que fora feita ao Sr. Prefeito, para prestar esclarecimentos à Casa, sobre assuntos de interesse da comunidade lavrense. Requerimento de autoria do Vr. Leônidas de Souza Reima, deferido de plano pela Presidência, solicitando que seja enviado radiograma urgente a Assembléia Legislativa do Estado, endereçando aos líderes do M.D.B. e ARENA pedido, no sentido de orientarem suas bancadas na rejeição do projeto que concede abono aos servidores públicos do Estado de Minas Gerais ora em tramitação naquela Casa, sendo o mesmo projeto de autoria do Sr. Governador Francelino Pereira, a Prosseguindo com os trabalhos, o Sr. Presidente arguiu sobre a finalidade da reunião, qual seja a convocação do Exmo Sr. Prefeito Municipal Dr. Mauricio Padua Souza, de acordo com o artigo 241 do regimento interno requeri

e Ennio Mendes de Siqueira, para que S. Exia possa prestar os esclarecimentos à Casa, sobre assuntos de interesse da comunidade lavrense. A Presidência indagou do líder do Sr. Prefeito, vereador Sebastião Ferreira, se S. Excia se encontrava nas dependências da Prefeitura, para que êle pudesse tomar lugar junto à Mesa. Respondendo disse o Vd. Seb. Ferreira, que o Sr. Prefeito se encontrava em seu gabinete, aguardando a segunda parte dos trabalhos, para que êle pudesse ser convocado a tomar lugar junto à Mesa, a convite da Presidência. Em seguida deu entrada na sala de reuniões do Legislativo, S. Excia o Prefeito e ocupou lugar junto à Mesa; e a Presidência fez a saudação do Exmo Sr. Prefeito dizendo que, S. Exia acatou a convocação do Legislativo, através de um requerimento votado pela Casa, requerimento êsse, subscrito pelos vereadores Sebastião Ferreira e Ennio Mendes de Siqueira, de acordo com o artigo 241 do regimento interno da Câmara Municipal. A Presidência agradeceu a presença do Sr. Prefeito, e a êle esclareceu que, os quesitos foram entregues a Mesa dentro do prazo de 72 (Setenta e duas) horas por diversos vereadores como dita e requer o artigo 241 do regimento interno. Em seguida, S. Exia o Prefeito, fez a saudação aos presentes dizendo que com imensa satisfação e mesmo com alegria que voltava a essa Casa. Aqui já estivemos em junho de 77, quando pudemos dialogar com os representantes do povo, e naquela oportunidade, acreditamos nós, que foi uma noite de proveito para todos. Acho muito importante essa presença, porque nós nesse momento, estamos exercitando a verdadeira democracia. E' através desse diálogo, como foi da vez anterior, um diálogo sério e franco, que nós chegamos a muitas conclusões; transmitimos alguma coisa que desejávamos, e também, aprendemos

Ferreira que fizesse um ofício a essa Edilidade solicitando a minha presença, e assim foi feito, e os senhores vereadores acharam por bem, que minha presença seria alguma coisa de proveitosa. Eu gostaria de fazer uma pequena ressalva, e me dirijo ao Sr. Presidente, com referência a convocação. Nós aqui estamos atendendo à esta convocação, no entanto, nós gostaríamos de fazer uma pequena observação. Nós temos conosco, um Livro Brasileiro de Administração Municipal que diz, que uma das formas de fiscalização de contas é a convocação do Prefeito pela Câmara, para prestar alguns esclarecimentos ou informações de administração municipal, e que, esta convocação deve ser feita com antecedência razoável, como o foi, mas há uma observação, para que esta convocação para ser válida, diga, seja válida, deverá especificar os assuntos sobre os quais a Câmara deseja informações. A Lei Complementar Nº 3 também no seu artigo 77, ítem 23 especifica essa necessidade que diz, comparecer perante a Câmara ou qualquer de suas comissões, para solicitar providências e, obrigatoriamente quando for convocado para prestar informações previamente sobre assuntos determinados. Nós estamos fazendo essa ressalva Sr. Presidente, e os senhores hão de convir conosco, que é impossível, que nós tenhamos números, dados, datas, estatísticas e gráficos na cabeça. Nós estamos aqui, dispostos, mesmo assim, participar desse debate com os senhores, mas gostaríamos de fazer essa ressalva e solicitar do Sr. Presidente, se assim o regimento da Câmara o permitir, e se os senhores vereadores concordarem, que já se marcasse uma reunião para a próxima quinta-feira para que os assuntos que for

pondidos na quinta-feira. Nós estamos aqui propondo a efetivo esse debate e esse diálogo, nós estamos salvaguardando apenas a impossibilidade de um ser normal de trazer todos esses dados, gráficos e datas na cabeça. É essa a observação que gostaríamos de fazer, e também gostaríamos de ouvir a Presidência e aos senhores vereadores, se assim for o normal. Disse o h. Presidente, que baseados pelo regimento interno da Câmara no seu artigo 241 que dita, aprovado o requerimento de convocação do h. Prefeito, o que foi feito naquela oportunidade, ou de conformidade com o ítem XVIII do artigo 190 desse regimento, os vereadores dentro de 72 (setenta e duas) horas deverão encaminhar a Mesa os quesitos sobre os quais pretendem esclarecimentos. Nós procuramos ainda no regimento que rege os nossos trabalhos, alguma coisa que dissesse a respeito, e não encontramos nada. Continuou dizendo o h. Presidente que no início da explanação do h. Prefeito, S. Éxcia disse que da vez anterior quando esteve presente a reunião, teve a oportunidade de ter um diálogo sério e franco com os senhores vereadores, mas S. Éxcia foi convocado na hora pelo Presidente da época Vr. Leb Ferreira, e os senhores vereadores na oportunidade concordaram com a sua presença e, S. Éxcia não colheu de surpresa, não quer dizer que nós agora estamos colhendo S. Éxcia de surpresa, porque naquela oportunidade os senhores vereadores iriam fazer diversas perguntas a S. Éxcia! No entanto, S. Éxcia propos à Casa uma **nova** reunião a ser realizada na próxima quinta-feira e eu deixaria a cargo dos senhores vereadores. Solicitando o uso da palavra, o h. Prefeito esclareceu mais uma vez que, estava disposto a participar desse debate nessa reunião, não estou sendo pego de surpresa, apenas solicitei ao h. Presidente que ouvisse a Casa, no sentido de que, perguntas que envolvessem a necessidade de

fosse marcada uma continuação da reunião que está sendo realizada hoje, para a próxima quinta-feira. Estou disposto a dialogar, a participar, mas, ressalvaria esta medida para que tudo que ficasse incompleto, e se tornasse necessário para os esclarecimentos aos legítimos representantes do povo, que me fosse dada essa oportunidade para continuarmos na próxima quinta-feira. Em seguida o Sr. Presidente franqueou a palavra aos senhores vereadores, e fez uso dela, o Vr. José Santana dizendo que, realmente nem todos os quesitos o h. Prefeito (não) estará alicerçado para responder de imediato, e eu concordo que aquelas perguntas que S. Êxcia não tiver condições de respondê-las hoje ficará para quinta-feira ou posteriormente por escrito. Usou também a palavra o Vr. Leônidas de Souza Reima, cumprimentando os presentes e agradecendo pelas suas presenças, e continuou dizendo que, o Vr. José Santana disera que os quesitos deveriam ser previamente determinados, e na não reunião anterior, complementei dizendo, apenas foi omitido na Ata, que os quesitos deveriam ser entregues ao h. Prefeito, sobre os quais pretendiam esclarecimentos; No entanto, a proposta do h. Prefeito é viável porque nós estamos aqui para ouvi-lo, como também, o povo em geral, que também precisava de alguns esclarecimentos, porque a Prefeitura não tem um órgão de divulgação para levar ao conhecimento do público o que se realiza, ou o que se passa na administração. Como líder que sou, da bancada do M.D.B. atualmente, eu considero válida a proposta do h. Prefeito, e desde já, quero ressaltar, que nós aqui estare-

tá ções. Usou ainda a palavra a Vereadora Maria Aparecida Mesquita d
zendo que é válida a oportunidade que a Casa está tend
de manifestar as opiniões, e também, em saber de S. Exci
aquilo que for possível ser respondido nessa reunião.
Usou também a palavra o Vereador Reyes Cornélio, manif
tando a sua opinião a respeito da proposta feita p
lo Sr. Prefeito. Realmente, disse o vereador, que o Sr. Prefe
to foi feliz em fazer-nos essa lembrança, de que, haver
certos quesitos, que devido a falta de dados maiores, não po
deriam ser esclarecidos nesse momento. Salientamos portant
que uma reunião a ser convocada para quinta-feira, ser
impossível, dado ao prazo de 72 horas para uma convoca
ção extraordinária, que no momento, seria praticamente im
possível. No entanto, como líder da bancada, libero os mai
companheiros para votarem como queiram, mas quero
ressaltar, que votarei favorável a proposta de Vossa Exci
no que diz respeito, se certos quesitos, dependerem de da
dos maiores. Usou também a palavra o Vr. Sebastião Ter
reira cumprimentando aos presentes, e continuou dizen
do que, seria humanamente impossível dar respostas
com números dados, datas e alguns documentos mais
específicos. No entanto, se os quesitos foram entregues a
Mesa dentro do prazo regimental, e a Presidência en-
viasse esses quesitos ao Sr. Prefeito sobre os quais pre-
tendiam esclarecimentos, êle estaria preparado para
respondê-las, êle não se furta de prestar todos os es-
clarecimentos necessários. Nada impede que possamos
manter êsse diálogo com o Sr. Prefeito, que achamos
necessário para que a comunidade tome conhecimen-
to do que se passa, e que S. Exa vem realizando
e é uma oportunidade para toda a comunidade la-
rense. Prosseguindo com os trabalhos, o Sr. Presidente pas-

ele pudesse fazer as perguntas ao Sr. Prefeito, de acordo com os quesitos que foram entregues a Mesa, e assim sucessivamente, um a um dos Senhores Edis, que elaboraram os seus quesitos e entregaram a Mesa, terão a oportunidade de fazê-los, num diálogo aberto com o Sr. Prefeito. Primeira pergunta do Vereador Ênnio Mendes de Siqueira: Existe em discussão nessa Casa, um projeto enviado por Vossa Excia que deve merecer todo apoio, pois é o projeto que autoriza a Prefeitura a contratar firma para o asfaltamento de alguns bairros da cidade. Mais em vez de entregar este empreendimento a terceiros, Vossa Excia não acha mais viável a Prefeitura executar o referido asfaltamento, pois ficaria mais barato para os interessados? Respondendo disse o Sr. Prefeito, que nós precisamos pensar em bairros como uma cidade que cresceu, nós precisamos nos conscientizar que os problemas da cidade quadruplicaram, e dentro desse raciocínio, nós não vemos condições para a Prefeitura realizar o serviço. Primeiro, porque nós temos um problema orçamentário, que em números redondos vai a casa de quarenta milhões de cruzeiros. Nós estamos respondendo por uma série de encargos que herdamos de administrações anteriores, e que, tem comprometido de uma maneira significativa êsse nosso orçamento. Não nos permite então, o orçamento, que contratemos mais elementos para que possamos atender o problema de pavimentação, como tantos outros problemas de nossa cidade. E como pessoal que possuimos atualmente, tendo a preocupação de obras de infra-estrutura como temos tido, há uma canalização ou uma capitação dessa mão de obra que não sobrariam elementos para atender a essa ne-

aja visto, que o projeto que nós enviamos a Casa, abrangeria uma primeira etapa da ordem de 100 mil metros quadrados. Eu gostaria na próxima reunião, apenas como referência, de dar como conhecimento ao nobre vereador, a medida de uma das ruas que nós colocamos como base dizer 100 mil metros quadrados, que seria a Avenida 1 - Evaristo Gomes Guerra no bairro Jardim Glória. Por esta medida o nobre vereador irá sentir que o problema é muito grande, e que nós não temos recursos de ordem material e de pessoal para realizarmos a contento. Temos elementos trabalhando em pavimentação, mas esses elementos estão constantemente absorvidos na operação de recuperação das ruas pavimentadas de nossa cidade. Então, partindo disso, é que nós não vimos condições para a Prefeitura arcar com esse serviço. Então, fomos procurar uma solução, estudamos várias delas, até que finalmente entramos em contacto com o Sr. Prefeito de Alfenas, que na oportunidade nos recebeu muito bem, nos colocou toda a sua equipe a disposição, para que nós estudássemos o seu método aplicado, e dentre todos aqueles que nós vimos, este é o que achamos mais viável. O projeto que nós enviamos a Casa, abrimos aqui um parêntese, para dizer que a justificativa de um projeto em uma ou duas laudas, não são tão claros como essa exposição, por isso que nós insistimos em voltar para dialogar com os senhores. Esse projeto funcionaria com a seguinte mecânica: Nós faríamos o levantamento das ruas da cidade, e procuraríamos nessas ruas, líderes, ou mesmo os senhores vereadores. Nós tivemos a oportunidade de discutir com o vereador Álvaro Eustáquio Pedrosa quando abordamos esse projeto, e dissemos a ele na oportunidade, que ele como vereador, morador de uma determinada rua, poderia encabeçar esse levantamento. A Prefeitura arcaria no total da obra da rua com 25% que é a importância que daria cobertura aque

agência bancária um funcionamento, digo, financiamento, esse financiamento já estudamos com duas agências bancárias, Banco Nacional e Banco Real, e nós adotamos um critério de prioridade para essa pavimentação aquelas ruas que nós encontrássemos o maior número de adesões. Não seria nada imposto a ninguém, é porque nós sentimos dos requerimentos que recebemos dos moradores de bairros essa ânsia de ter a sua rua calçada ou pavimentada. Nós voltamos naquele ponto que dissemos que a mão de obra da Prefeitura é insuficiente, porque nós estamos tentando preparar a infra-estrutura para que quando a pavimentação vier a estrutura já esteja pronta, porque nós já encontramos em bairros, ruas pavimentadas sem rede de esgoto, então, a nossa preocupação em absorver a mão de obra na infra estrutura é justamente para darmos essa condição. Então, nós usaríamos esse critério, e acredito, pela vivência do dia-a-dia, pelo contacto com os munícipes, pelas solicitações que nos são feitas, que as adesões em 100% seriam enormes. Quanto à participação dos 25% da Prefeitura, como o código tributário nos permite, nós poderíamos estudar cada caso, de acordo com a sua renda familiar, com a sua renda pessoal e familiar, nós estudaríamos a melhor forma de atendermos a uma modalidade de pagamento, que fosse satisfatória ao contribuinte. Esse projeto, nós pedimos inclusive ao nosso líder, que trouxesse todo interesse do Executivo pela participação do Legislativo nesse projeto. Não só pela participação na sua função legislativa, mas muito mais, pois uma participação nos interesses do contribuinte, e uma participação como membros da

ao nosso líder, que transmitisse a Casa que receberíamos qual quer emenda, para o aperfeiçoamento do projeto, e emenda é feita para isso, em que se colocassem vereadores, representantes dessa Casa, na comissão de licitação, na fiscalização de serviços; nós temos aqui elementos que conhecem esse tipo de serviço e que poderiam participar e colaborar, de moldes nós não poderíamos antecipar, por exemplo uma pergunta que surgiu, o preço. Nós não poderíamos determinar o preço, porque o instrumento legal para essa determinação é a concorrência, e nós sondamos por alto, dialogamos com várias firmas que conhecemos, e elas estão interessadas nesse tipo de serviço. Segunda pergunta feita pelo VR Ênnio Mendes de Siqueira: Sr. Prefeito, o Município não teria condições de conseguir um empréstimo, afim de canalizar os ribeirões que cortam a cidade, principalmente próximo as Ruas Espedicionários e Raz Monteiro? Respondendo disse o Sr. Prefeito, que nós discutimos com o vereador Iraci Bandido de Souza quando de um outro projeto, que por sinal enviamos hoje a essa Casa, atendendo uma indicação do VR Iraci Bandido de Souza, no sentido de que fosse colocado a venda, em concorrência, o terreno do antigo Clube Municipal para que o resultado aferido dessa concorrência fosse destinado a implantação do Distrito Industrial. Naquela oportunidade, nós conversamos com o vereador e levantamos a hipótese de haver uma sobra desse dinheiro e nós avantamos naquela oportunidade, a possibilidade se sobra houvesse, destinarmos essa importância para a canalização desses referidos ribeirões. Então, levantou uma dúvida o VR Iraci, dizendo do ônus que representaria esse tipo de trabalho e que, esse resultado ou sobra houvesse, seria insuficiente para canali-

estudo do projeto KURA, que tem um dos seus principais objetivos, o saneamento. Nós estamos inclusive com uma visita marcada, atendendo ao convite do Sr. Prefeito de Teófilo Otoni para que tomemos conhecimento de um novo sistema de canalização que está sendo empregado, inclusive existe patente deste serviço, é um sistema de pedras e gaiolas de arame, que não se utiliza cimento nem areia, simplesmente pedra e arame. E estamos também, tentando junto ao deputado Luiz Leal que se prontificou a nos auxiliar, na tentativa de conseguir as tentativas e os recursos que já foram perdidos, porque o problema de nós fazermos financiamento, é preciso que nós tenhamos se existirá uma possibilidade de pagamento porque a simples transferência de ônus de uma administração para outra vai levando ao caos, que não tem mais tamanho. É uma obra cara, nós estamos estudando este projeto KURA, as bases de financiamento para que então se achar-mos que há uma viabilidade de ordem financeira, para a Prefeitura, nós possamos remeter a esta augusta Casa, um projeto expondo aos senhores vereadores aquilo nós achar-mos que é viável e compatível com a nossa estrutura organizatória. Terceira pergunta feita pelo vereador Ênnio Mendes de Siqueira: No início de 1978, Vossa Excia comunicou através do boletim que era impresso na Prefeitura que o IPTU sofreria um acréscimo de 50% em 978 e 50% em 979, e agora verificamos que alguns casos houve um aumento de 600% no valor venal do imóvel. Respondendo disse o Sr. Prefeito que até pouco tempo houve uma afirmativa e esta, parece que não foi bem compreendida. Nós dissemos que há uma obrigatoriedade de ordem legal,

tiona nesse momento, nas suas duas perguntas anteriores fal
de dois problemas cruciais da nossa cidade, pavimentaçã
e saneamento. Entendo eu, que os problemas da comunidad
devem ser resolvidos principalmente pela comunidade. Nã
estaríamos nós, sendo honestos com nós mesmos, não estaría
mos nós sendo honestos com o Estado e com o Governo Federa
e ficaríamos aqui de braços cruzados a espera de recursos d
âmbito federal e estadual. Os impostos devem ser obrigatori
mente cobrados, por isso que nós estamos acabando de expo
porque nós temos a necessidade de resolver os nossos problema
Qual seria, a outra fonte de renda municipal que poderí
nos ajudar nessa solução? É o imposto predial e territori
urbano, apenas não posso concordar que esse aumento te
nha sido as vezes de até 600%, o aumento não foi de 600%.
A cidade é dividida em zonas, de acordo com a planta ca-
dastral, nós procuramos nesta atualização dos valores venai
dos impostos, colocarmos uma parcela menor para os bairro
de 50%, e 100% para as áreas mais centrais. Alguns pagaram
imposto maior de 50% ou 100%, porque nós refizemos todo
o cadastro da cidade, e ao refazer-nos esse cadastro encon-
tramos uma série de medidas que não correspondiam com
a realidade. Houve então diferenças de medidas; nós encon
tramos casas que eram cotadas por padrão regular e que
foram acrescidas ou reformadas, que foram aumentando
o seu padrão de construção e a sua área de construção. O
imposto é de 50% e 100%, e eu posso dar um dado aos se-
nhores, que é um dado para uma cidade que tem na
sua Zona urbana população de 70 mil habitantes, eu
posso dar esse dado que é quase estarrecedor, se todos os
contribuintes pagarem os seus impostos predial e terri-
torial, nós vamos ter uma arrecadação na ordem de
6 milhões e seiscentos, que é uma insignificância, den-

fizemos essa correção, de 50% e 100%, ela realmente assim foi, porque não se fazia seis anos antes de nós entrarmos na Prefeitura uma atualização do valor venal. Então, eu queria deixar bem claro isso, e estamos aqui, com uma equipe exclusivamente para atender reclamações, e para que, nós possamos fazer verificações, retificações e retificações daquilo que for apresentado. Nós encontramos erros, mas na maioria das vezes, estas casas melhoraram de padrão, foram feitos acréscimos. O aumento realmente atingiu os bairros na faixa de 50% e atingiu na faixa central 100%. Essas distorções são em função de medições mal feitas, de melhoria de acabamento, e algumas vezes de erro nosso, e é para esses erros que nós estamos mantendo essa equipe para fazer as retificações. Quarta pergunta feita pelo Vereador Ênnio Mendes de Siqueira: Sr. Prefeito, no mês de outubro ou novembro próximo passado, no gabinete de Vossa Excia, na presença de alguns vereadores do M.D.B., Vossa Excia disse que ano começo de 79 a Rua 1º de abril estaria ligada a Vila São Francisco, e como até agora a mesma ainda não foi ligada, gostaríamos de saber se a mesma ligação ainda está nos planos de Vossa Excia. Respondendo disse o Sr. Prefeito que nós tivemos esse ano, uma série de fatores adversos, praticamente os três primeiros meses do ano, foram meses perdidos para a administração em termos de obra. As chuvas caídas durante esses meses, atrapalharam o bom andamento dos trabalhos. Nós previmos essa obra, como temos outras previstas, que deverão ser executadas desde que hajam condições favoráveis. Tudo aquilo que está previsto den-

Nós temos as intemperies, que nós chamamos fatores incontrolaveis, que escapam ao nosso domínio, que fogem da nossa vontade. A ligação da referida rua está prevista, e deve ser realizada se as condições o permitirem, como outras ligações que colocamos no orçamento e realizamos. Esta pergunta feita pelo Ve. Ennio Mendes de Siqueira: Sr. Prefeito, Vossa Excia não acha que a construção de barracas nas na Praça Dr. Augusto Lima, vai estragar em muito a referida praça, tirando toda estética da nossa muito Sala de visita? Respondendo disse o Sr. Prefeito, que este ano elas foram feitas na Praça sem que houvesse prejuizo para o nosso jardim. É assim o fizemos, porque no ano passado houve esse prejuizo, a nossa Praça sofreu danos, danos irreparaveis e irreparaveis, tanto que o foram, e este ano nós mudamos este local, em que não houve nenhum prejuizo para a nossa praça. Esta pergunta feita pelo Ve. Ennio Mendes de Siqueira: Sr. Prefeito, Vossa Excia não acha que a construção da Prefeitura no local onde vai ser construida, vai em muito prejudicar o povo em geral, e vai apenas valorizar os loteamentos proximos? Respondendo disse o Sr. Prefeito, que em qualquer lugar que ela fosse construida, ela valorizaria qualquer terreno adjacente. Como a rodoviaria onde foi colocada, trouxe alguma valorização, como também onde foi construido o C.S.U. vai valorizar uma área de terreno; vai valorizar como a C.D.I. que nós pretendemos implantar, e se os senhores vereadores acharem por bem aprovar esse nosso projeto, irá beneficiar uma area de terreno. Pois bem, qualquer edificação publica que se faça em qualquer ponto da cidade, vai haver esse beneficio. Vamos, a outra parte da pergunta do vereador, quanto a localização. Já tive a oportunidade de explicar isoladamente há alguns vereadores de ambas as bancadas, que me dão

nidade para cobrar do Vr. José Santana, uma visita ao seu gabinete, foi o único vereador que não tive o prazer, sei que os seus afazeres são muitos, mas acho que, uma visita do nobre vereador num diálogo informal, poderia trazer muita coisa de proveito para a nossa cidade. Com referência a localização da nova prefeitura, irá trazer várias vantagens; nós recebemos para o patrimônio da Prefeitura, um terreno de 5 mil metros quadrados, um terreno que não nos custou absolutamente nada, numa área altamente valorizada. Esse terreno nos representa no momento em que ele entra para a Prefeitura, para o patrimônio, uma importância de mais de 3 milhões de cruzeiros. Este é um fator ponderável e que pesou na balança para a nossa decisão. Quanto a sua localização, hoje nós podemos dizer que não existem pontos distantes da nossa cidade, através de um projeto de autoria do Vr. José Santana, e que nós tivemos o prazer de sancionar, foram criadas linhas de ônibus atendendo praticamente todos os pontos da nossa cidade. Então, não existem mais distâncias, nós teríamos a Prefeitura também situada num local servida por uma linha de ônibus, e na qual, a frequência ou a necessidade de presença, dos senhores contribuintes, é praticamente mínima. A qualquer cidadão, que se queixe do número de vezes, vamos considerar o normal do nº de vezes que esse cidadão tem necessidade de procurar a Prefeitura, ele vai normalmente uma ou duas vezes ao Prefeitura. O sistema de pagamento de impostos, é feito através da rede bancária; ele vai a Prefeitura para passar uma escritura aprovar uma planta, portanto, a incidência de idas à Prefeitura é pequena. O que eu acho mais

dade, nós estamos sentindo a nossa cidade comprimida, há necessidade portanto de diversificação de expansão. A localização da futura sede da Prefeitura, tem outros convenientes. Ela é naquele ponto não mais central, mas é muito mais eqüidistante dos bairros da nossa cidade, do que essa atual sede. Nós teríamos uma ligação que atenderia os bairros Nova Lavras, Lavrinhas, Vila Bandeirante, Vila Alterosa e Aguenta Sol passando pela perimetral. Também essa perimetral prossegue passando defronte ao Seminário que iria ligar com o Jardim São Paulo, Vila Santa Terezinha e os bairros adjacentes. Vindo por essa perimetral, continuando pela Avenida João Aureliano, nós teríamos uma ligação com o bairro dos Martins, Vila Elzira e toda aquela periferia atingindo inclusive a Comandante Soares Júnior. Passando ainda pelo pontilhão, alto de Nova Lavras, nós teríamos um atendimento ao Alto Santa Efigênia, tudo ali se tornaria mais fácil. Quanto ao Centro da cidade, as ligações existentes são pela Avenida Padre Dehon e a Rua Horácio de Carvalho, e conta também do nosso planejamento, a ligação, a canalização que foi feita para atender o convênio Prefeitura - Ministério do Exército das obras do Tiro de Guerra e essa continuação seria através da Rua Costa Pereira. Eu me comprometo trazer na próxima reunião, um mapa cadastral da cidade onde aparece todas essas ruas, um que a gente poderia assinalar e mostrar todo esse percurso. Tomando também como um ponto de referência a Igreja do Rosário, nós saindo nos passando pelo jardim, entraríamos na Carlota Kemper, pegaríamos a Rua Costa Pereira, desceríamos por esta rua e praticamente numa reta, dando prosseguimento pela Itagibio, digo, Jair Guaraci nós estaríamos na Itagibio de Praxedes que estaria a dois quarteirões desse novo local. Então, os pontos que nós

Haical Haddad; segundo, o entrosamento das distâncias com as linhas de ônibus; terceiro, a possibilidade dessa ligações a que referimos; e apenas, nós pudemos desenvolver nesse terreno um projeto horizontal, porque há espaço para desenvolvermos êsse projeto horizontal que apresenta um custo bem menos elevado do que uma edificação no sentido vertical. Outra pergunta do vereador, foi referente ao custo para a construção do novo prédio da Prefeitura, e se a nova construção abrigaria todos os departamentos de ordem estadual e federal que causa ônus a Municipalidade? Respondendo disse o Sr. Prefeito, que consta no orçamento para o presente exercício, quatro milhões e setecentos mil cruzeiros que não é suficiente para realizar essa obra. Na próxima reunião eu trarei as plantas desse projeto, para que os senhores sintam da funcionabilidade e da simplicidade dêsse projeto, que é uma construção aproximadamente de 2.400 m². Com referência a outra pergunta do vereador, nós podemos dizer do ônus com que arca o Município para que possa manter serviços que são vitais a vida da comunidade, mas que representam realmente um ônus pesado para a Prefeitura. A nossa idéia seria de não aproveitarmos êste orgão nesse prédio projetado, mas destinarmos depois de feita uma reforma pela qual realmente esse prédio está precisando, e aqui poderíamos colocar esses orgãos o que realmente diminuiria êsse ônus do cofre público. Sétima pergunta feita pelo Vs. Corpinio Mendes de Siqueira: Sr. Prefeito, nossa Edilidade nos poderia dizer como foi feito o contrato com Éllus Publicidade Ltda e Tenda Publ. e Negócios, referente a colocação de arquibancadas no carnaval 79, e se a Pref-

a colocação foi por conta da Prefeitura? Respondendo disse o Sr. Prefeito que realmente foi feito uma contrato entre essas firmas e que na próxima reunião traria o contrato com todos esses detalhes. Prosseguindo com os trabalhos, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Barras, VR. Elóris Ribeiro, também fez perguntas ao Exmo Sr. Prefeito Dr. Maurício Pádua Souza. A primeira pergunta feita pelo VR. Elóris Ribeiro já fora respondida anteriormente pelo Sr. Prefeito, porque segundo o vereador, os quesitos que lhe foram entregues pelos senhores vereadores, êle não havia tomado conhecimento dêles. Portanto, o primeiro quesito feito pelo vereador já fora respondido, e seria o seguinte: Não seria mais econômico para os munícipes, se o asfaltamento das ruas dos bairros da cidade fosse feito pela Prefeitura? A pergunta já fora respondida pelo Sr. Prefeito, parte dela ficou pendente, e na próxima reunião, nós a complementaríamos. A segunda pergunta feita pelo VR. Elóris Ribeiro: Gostaria que Vossa Êxia nos explicasse a situação do servidor da Prefeitura, Sr. Silberto Sil. Explicando disse o VR. Elóris Ribeiro que numa reunião um vereador disse que, a Presidência da Câmara estava perseguindo aquele servidor publico, e justificando disse o Sr. Presidente que jamais perseguiu êsse cidadão e não era sua intenção perseguí-lo. Respondendo disse o Sr. Prefeito que o Sr. Silberto Sil, funcionário da Prefeitura encontra-se licenciado por atestado médico e que na próxima reunião traria os documentos do departamento do pessoal sobre a situação desse funcionário. Terceira pergunta feita pelo VR. Elóris Ribeiro: Sr. Prefeito, Vossa Êxcia já determinou a criação do Departamento de Turismo da Municipalidade, ou se o referido departamento já existe? Respondendo disse o Sr. Prefeito que não determinou a criação do departamento de Turismo, o nosso setor de turismo funciona anexo ao Departamento de Educação e Cul-

da Prefeitura. Disse o Sr. Presidente que nos diplomas de Honra ao Mérito que foram distribuidos às escolas de Samba, aos seus dirigentes e participantes, consta no seu verso Departamento de Turismo da Municipalidade. Nós queremos lembrar a Vossa Excia, que se criado esse Departamento de Turismo, que ele seja anexo ao Departamento de Educação e Cultura. Com a criação desse departamento, Vossa Excia não teria mais condições de realizar as festividades através da Prefeitura, e angariar numerários? No carnaval por exemplo Vossa Excia daria uma verba maior para as escolas de samba, para que elas pudessem apresentar um quadro visual melhor? Como é do nosso conhecimento, as escolas dão o show na avenida, e alguém leva vantagem com isso, inclusive, êsse assunto foi discutido nas nossas reuniões. Portanto Sr. Prefeito, nós já entramos em entendimentos com os presidentes das escolas de samba e criaremos a Associação das Escolas de Samba, que responderá por nós, segundo as nossas exigências. No entanto, gostariamos de pedir a Vossa Excia que se interessasse pelas escolas de samba, para que elas não se sentissem prejudicadas. Continuando disse o Sr. Prefeito que é importante a nossa presença, porque da discussão é que nasce a luz, e essa luz é concernente a criação do Departamento de Turismo. Simplesmente esse setor de turismo se for criado êle não poderá ser subordinado a outro departamento, ou seja, o departamento de Educação e Cultura. Acho válida essa sugestão, e brevemente enviaremos a Casa um projeto de lei, e nós estudaremos a melhor forma para a criação desse Departamento de Turismo. A quarta pergunta do VR. Clóvis Ribeiro é com referência a construção da nova sede da Prefeitura local junto as margens da linha antiga da V.F.C.O. no

fora respondido pelo Sr. Prefeito ao VR. Ennio Mendes de Siqueira e ficou S. Excia de trazer mais alguns dados na próxima reunião. Continuando com os trabalhos, o VR. José Santana arguiu que, através de um diálogo franco e sincero com os vereadores o Sr. Prefeito prestará informações uteis, que também serão levados ao conhecimento dos munícipes. Primeira pergunta feita pelo VR. José Santana ao Sr. Prefeito: Consta nos anais da Casa, uma reinvidicação feita por mim a Vossa Excia por escrito, e posteriormente verbal, quando de sua visita a essa Casa em junho de 77, logo após confirmado no informativo oficial da Prefeitura de Nº 57 o seguinte: Através de conhecimento de nº 7.758, o contribuinte João Pereira de Rezende pagou aos cofres publicos da Prefeitura, a importância de quarenta cruzeiros, por um requerimento de alinhamento em frente a sua residência, objetivando a construção de passeio, para melhorar o aspecto da rua em que reside; e naquela oportunidade, Vossa Excia se comprometeu aqui mesmo no plenário da Câmara, tomar as providências devidas. Faz hoje exatamente um ano, o contribuinte continua em desconforto que êle pretendia sanar com dinheiro do seu proprio bolso, e sem dúvida, iria melhorar a estética da rua em que reside. Pergunto a Vossa Excia, com devida vênia, se Vossa Excia desconsiderou aquela nossa conversa, ou a ordem para o serviço foi espedida e o departamento de competência a desaumpriu. Respondendo disse o Sr. Prefeito que antes do vereador que ora o questiona ocupasse êsse cargo de vereador, e antes que eu ocupasse a posição de prefeito, se outro motivo não houvesse, as nossas ligações familiares não me permitiriam desconsiderá-lo. Então, não houve nenhuma desconsideração como requer esses motivos, e hoje você na posição de vereador, e eu na condição de

assunto e comprometemos com o nobre vereador a tomarmos providência, mas também naquela oportunidade, nós combinamos com o vereador que ainda naquela semana o vereador me procuraria para que juntos fôssemos até esse local e víssemos quais as providências cabíveis e quais as providências que deveriam ser tomadas. Naquela época o vereador também falhou comigo, dentro daquilo que havíamos combinado; quanto ao alinhamento eu pouco informar ao vereador que foi dado esse alinhamento tanto que foi feito o passeio. O proprietário foi atendido na sua reivindicação, e portanto, ele realizou essa obra que era o passeio. Gostaria ainda de convidar o vereador para que nós, aproveitaríamos essa visita que ficou prometida pelo vereador, e fôssemos até o local para verificar se realmente foi atendida a solicitação desse contribuinte. Disse o VR. José Santana, que havia sido informado que esse serviço não tinha sido realizado, e já que Vossa Ésria prometeu, nós iremos até esse local; mas quero salientar, que naquela oportunidade, Vossa Ésria pediu à uma funcionária para me telefonar dizendo que, aquele dia não poderia ir, e depois não me telefonou mais. Segunda pergunta feita pelo VR. José Santana: Qual foi o índice baixado pela autoridade imobiliária federal para correção dos valores dos imóveis para cobrança do I.P.T.U. no exercício de 1979. Respondendo disse o Sr. Prefeito que não houve nenhuma alteração de índice, nós fizemos uma correção de valor venal, então o índice permanece o mesmo que é de 1% do valor venal para os lotes vagos e de 0,5% para as residências. Nós fizemos uma atualização do valor venal, então, o valor venal continuou a ser multiplicado por esses índices. Disse o vereador José Santana que é a favor da reavaliação, mas acontece que nós não podemos, entendo eu, sacrificando

existe todo ano, suponhamos que este ano foi de 50%, se Vossa Excia fizesse essa reavaliação corrigindo 50% do índice inflacionário e mais simplesmente 50% num certo período, não talvez na nossa administração, mas em administração futura, nós alcançaríamos o valor real que é necessário que se alcance, mas não assim de imediato, é mais ponderado paulatinamente. De maneira, que eu acho que Vossa Excia tem toda razão de fazer a reavaliação porque é prefeito, e precisa da reavaliação, apenas discordo que seja feito assim brutamente, mas que fosse feito paulatinamente e moderado. Outra pergunta feita pelo Vr. José Santana: Quantas guias foram quitadas referentes ao I.P.T.U. no ano de 1978, e qual a média de arrecadação por cada guia? A resposta do h. Prefeito referente a essa pergunta, ficou para a próxima reunião porque é necessário dados. Outra pergunta do Vr. José Santana: É comentado que, extintos os atuais partidos ARENA e M.D.B., Vossa Excia irá regimentar as forças políticas em bases com a formação de um partido fortalecido aliado ao Governo Federal? Respondendo disse o h. Prefeito que longe dêle, qualquer pretensão de arregimentar forças políticas. Atualmente êle está exercendo uma função executiva que por conseqüência é também uma função política, mas que não o torna um político. Acho, continua dizendo o h. Prefeito, que a minha inexperiência no campo político é muito grande, são apenas dois anos e meio, militando nessa vida. Tenho nela acertado muitas vêzes, e como político, errado outras tantas; não vai aqui nenhum confete, mas acho que pela vivência política, pelo seu conhecimento, o nobre vereador estaria muito mais preparado para essa regimentação, e tudo aquilo, que for feito em benefício da nossa comunidade, é válido. Fica então, transferido para o vereador aquilo que êle queria me dar co-

pelo emargo, mas disse que contaria com a presença de S. Êxcia
do Prefeito para fortalecer o partido. Outra pergunta do
VR. José Santana: Sabemos que apesar da restrita tiragem
do Jornal de Barras, o mesmo tem evidenciado por demais
a nossa comunidade. Consta por aí, que quando Vossa
Êxcia deixar a direção do Executivo Barrense, irá dinami-
zar aquele orgão publicitário transformando em jornal
diário e de amplitude regional, É verdade tal pretensão
de Vossa Êxcia prestar êste grande benefício a nossa comu-
nidade? Respondendo disse o Sr. Prefeito que qualquer coisa
que for em benefício da comunidade, nós estaremos sem-
pre prontos, enquanto estivermos a frente do Executivo.
É muito mais ainda, porque aqui, nós sentimos os ver-
dadeiros problemas da comunidade, e temos a certeza, que
todos os vereadores, todos os ex-prefeitos, todos os ex-verea-
dores, se conscientizam muito mais da necessidade de
nós participarmos. Gostaria de poder participar desta em-
prêsa, ou de qualquer outra; não sei primeiro se me
aceitarão nessa emprêsa, e segundo, se eu terei dinheiro
para participar dessa emprêsa. Mas, se me for dada a
oportunidade de trabalhar em qualquer atividade pa-
ra a nossa comunidade, nós estaremos aqui, e depois de
deixarmos a Prefeitura inteiramente a disposição de Ba-
rras. Outra pergunta feita pelo VR. José Santana: Porque
a Prefeitura Municipal publica os seus editais, ou me-
lhor, porque toda publicação paga oriunda do poder
Executivo somente é feita no jornal de Barras? b)
Apesar de supormos ser a Tribuna de Barras de maior
tiragem, de maior comunicação, perguntamos: Para
a publicação oriundas da Prefeitura, o Executivo fez
tomadas de preço entre os dois jornais de Barras? Res-
pondendo disse o Sr. Prefeito ao nobre vereador, desta o-

mente nós temos um jornal a doze anos na nossa cidade. Em a-proveito inclusive essa oportunidade para prestar uma homenagem ao proprietário da Tribuna de Barras. É um jornal, que tem uma circulação maior, é um orgão que traduz um pensamento as vêzes não da comunidade, mas o pensamento do seu diretor, com que nós estamos plenamente de acordo e muito a vontade para falar, porque temos recebido louvores e louros e muitas críticas. Mas isso, é um direito que cabe a todo cidadão, e nós, numa função executiva, aqui estamos para receber essas críticas; e nós mesmos, estamos também preparados para julga-las; aquelas que entendemos sejam merecedoras da nossa atenção, e algumas que são feitas mais movidas pelo coração, do que pela razão. Com referência a publicação dos editais da Prefeitura, informou o Sr. Prefeito, que recebeu da direção do jornal Tribuna de Barras um ofício, em que o mesmo agradecia o envio de um formulário de cadastramento que era para ser publicado nesse jornal; mas, dizia e afirmava essa correspondência, que traremos ao nobre vereador na próxima reunião, dizendo que não tinha interesse em manter transações de ordem financeira com a Prefeitura, enquanto essa estivesse sobre a nossa administração. A partir daí, nos restou uma única opção, nós não tivemos daí para frente mais condições de fazer tomadas de preço, e só nos ficou uma opção. É por esse motivo, que as publicações da Prefeitura são feitas no jornal de Barras. Disse o Vr. José Santana que realmente não tem nenhuma vinculação comercial com a Tribuna de Barras, mas quero adiantar a S. Exia que realmente é o que S. Exia disse. É um jornal independente, mas posso até afirmar que se S. Exia mandar uma matéria paga contra o próprio diretor que é o Sr. Deuz Fonide, mesmo que essa matéria seja contra, será publicada dada a independência daquele jornal. Quanto a minha pergun-

em agosto de 78, a Tribuna cobrou para o Dr. Jartão em meia página de jornal num memorando publicado, três mil cruzeiros e que saia por centímetro a quinze cruzeiros. E nós tomamos conhecimento que o jornal de Barras estava cobrando cinquenta cruzeiros por centímetro. Essa diferença grande é que levou a nossa preocupação de zelar e de fiscalizar o erario publico, porque a diferença é realmente grande. Já que a justificativa de V. Êxcia é que o jornal Tribuna de Barras não quer aceitar fazer a publicação, nós temos que depender do outro jornal. Outra pergunta feita pelo VR. José Santana: A Municipalidade tem condições financeiras para de imediato implantar o distrito industrial em Barras? b) Vossa Êxcia tem tomado alguma providência sobre o assunto? Êxatamente essa pergunta, já fora respondida pelo Sr. Prefeito. Continuou dizendo o VR. José Santana, que no boletim informativo da Prefeitura de Nº 97, disse que Vossa Êxcia, quando em 77 teve junto aos orgãos governamentais, fez um substancial relatório com referencia a implantação do distrito industrial em Barras. Queria que vossa Êxcia, na próxima reunião, trouxesse uma cópia xerográfica daquele relatório. Informou o Sr. Prefeito que naquela oportunidade fez um relatório, ou uma análise socio-econômica do município, e esta análise é que foi entregue a C.D.I. Mas parece que a tiragem ou o número de exemplares feitos foram poucos, e nós poderemos pegar um exemplar que nós temos, que seria a cópia desse relatório; que não foi feito um relatório específico, foi feito um trabalho que nós demos a ele, para atender uma série de providências. Em foi um levantamento da cidade, as outras informações, nós as transmitimos verbalmente. Naquela época, nós

presentante do INDI em São Paulo, viu ou anteviu uma possibilidade de que nós ficássemos isentos da doação do terreno, que a C.D.I. assumisse também este ônus de nos doar o terreno. Nessas demarchas com o Dr. Gil Vilela, inclusive participou muito de perto o Sr. Roberto Carvalho, presidente da ARENA local, de que nós pudéssemos conseguir também da C.D.I. a doação do terreno. Existe realmente um convênio assinado ou firmado, mas esse convenio simplesmente fala sobre as obrigações da Prefeitura e da C.D.I. É uma das obrigações da Prefeitura, é esse terreno, ou a doação desse terreno. Nós já tivemos oportunidade de falar anteriormente que acatando uma indicação do Vr. Iraci Candido de Souza, hoje nós remetemos a essa Casa um projeto de lei; e vamos antecipar um pouco, nós não vimos ontem a viabilidade, e quando remetemos esse projeto, queríamos ter algo de concreto. Nós não vimos em princípio, a possibilidade de através da venda desse terreno, adquirir-mos outro, porque foi firmado um contrato entre a Prefeitura e o Serfau, posteriormente esse contrato foi repassado para o Banco de Crédito Real, isso na administração do Sr. Leonardo Veneranda Pereira em 71 ou 72. Êle foi repassado na administração do Sr. Silvio de Castro para o Banco de Crédito Real, em que se dava em garantia por aquele empréstimo, o I.C.M., o terreno do Leite Municipal, o terreno da Usina do Asfalto e do mercado. Nós então, tentamos a liberação desse terreno, usando a influência do nosso conterraneo Almir Rodrigues do quadro de funcionários do Banco de Crédito, que foi a Belo Horizonte, e com um dos diretores, fez uma explanação a respeito do assunto, e sentiu desse diretor, a possibilidade da liberação desse terreno porque só o I.C.M. responderia plenamente pelo débito. E foi com surpresa que recebemos dessa instituição bancária, uma resposta negativa, dizendo, que para haver, digo, que houvesse essa

bem em garantia. Em conversa com o Dr. Samuel Brenner, especialista em política municipalista do Banco do Desenvolvimento, tomamos conhecimento da inconstitucionalidade do município hipotecar bens. O Código Civil, artigo 756 e artigo 810, inclusive a lei comentada do Professor Levenhagen, traz esta inconstitucionalidade. Nós então, estávamos correndo em paralelo com esta correspondência remetida ao Banco de Crédito, e qdo recebemos esta resposta negativa, voltamos a manter contacto com o Dr. Samuel Brenner e sua assessoria jurídica, e tivemos dêle, a informação de que é realmente inconstitucional, inclusive citando artigos. Em vista disso, é que nós remetemos esse projeto, porque os terrenos não estão hipotecados, e é inconstitucional essa hipoteca. Daí, nós remetemos aos senhores alguma coisa de concreto, e dentro do entendimento prévio com o Vr. Iraci Bandido de Souza, onde em complementação deixamos no caso da sobra, os recursos a serem aplicados na instalação da futura Faculdade de Odontologia e ou, na aquisição de um terreno para a construção de um novo Colégio Estadual. Outra pergunta feita pelo vereador José Ishitoma: A construção da avenida que dá acesso a nova rodoviária é de responsabilidade da Prefeitura ou do D.N.E.R? Respondendo disse o Sr. Prefeito, que foi feito um pedido ao D.N.E.R. para que nos fornecesse aquela ligação, visando diminuir um pouco o nosso ônus. Acontece que não tivemos uma boa acolhida nessa nossa pretensão; nós rasgamos essa avenida e ela está aberta em terra, mas, não tem nenhuma relação a inauguração da rodoviária com a pavimentação desse acesso. Primeiro, porque nós teríamos outra

obras da nova rodoviária. Acredito o que prejudicou muito mais essa data de 20 de julho para a inauguração da rodoviária, foram os períodos de chuva, que atrasaram o andamento das obras, elas prosseguem em ritimo bom, e na sua conclusão ela terá já ligando ao anel de contorno da cidade, esse acesso pavimentado. Concluindo, indagou o VR. José Santana, se os moradores adjacentes, ou dos lotes adjacentes, ficariam com a responsabilidade de pagar o asfaltamento da avenida? Exatamente, os lotes adjacentes à avenida serão pagos pelos próprios proprietários que venderam o terreno para a construção da nova rodoviária. Outra pergunta feita pelo VR José Santana Vossa Excia planejou e afirmou que em 1978 já não teria mais o compromisso das dívidas, portanto, já estamos em maio de 79 e ainda existem dívidas anteriores a serem saldadas, uma vez que Vossa Excia disse, que os quinhentos mil cruzeiros mensais que estava sendo um ponto negativo na nossa administração, os quinhentos mil cruzeiros mensais Vossa Excia sanaria todas as dívidas, e segundo o próprio boletim informativo da Prefeitura montava em sete milhões de cruzeiros. Respondendo disse o Sr. Prefeito que seria uma temeridade eu dizer que acabaria com essas dívidas, e dizia depois ao nobre vereador, que pudesse me fornecer uma copia desse boletim, e que deve tê-lo em mãos. Continuando disse o Sr. Prefeito que nós tivemos realmente uma queda substancial em parte dessa dívida, não foi nunca nossa pretensão realizar uma administração de arromba, mas simplesmente realizar uma administração que nos permita estar em paz com a nossa consciência, certo de que podemos realizar o melhor daquilo que temos, ou darmos o melhor daquilo que o nosso limitado potencial é capaz. Parte dessa dívida realmente nós sanamos; nós tinhamos dívidas com orgãos inclusive assistenciais dos funcionários, Sabemos. Tinhamos ainda

podem aqui diversos vereadores corroborar o que vou dizer agora, com relação também a salários de vereadores. Nós tínhamos também dívidas previdenciárias de alta monta, e que julgamos essas dívidas de uma seriedade muito grande. Se se desconta do funcionário, é obrigação recolher. Esse escalonamento que nós fizemos realmente amenizou essa situação, mas em contra-partida, dentro daquela mesma inflação a que o vereador se referiu quando nós falamos a respeito do I.P.T.U., essa mesma espiral inflacionária fêz com que dívidas previstas para um montante x, fossem aumentadas de dois ou três x. Isto como exemplo, a dívida do Serfau, a dívida da Elpasa que no início nós pagávamos em torno de cento e dez ou cento e vinte mil cruzeiros, e hoje, passaram para a ordem de aproximadamente duzentos e oitenta mil cruzeiros. Aquilo que era possível nós controlar-mos nos dentro uma expectativa, no entanto, essas outras dívidas cresceram de uma forma muito violenta. Por um lado nós conseguimos melhorar essas finanças, e hoje se tem alguma coisa da qual eu me orgulho, é dizer que a nossa dívida com a Previdência Social, com o Fundo de Garantia, PASEP, tudo isso foi parcelado e nós estamos cumprindo aquelas obrigações assumidas. O fato da dívida parcelada, não implica que a Prefeitura está em atraso. Com os orgãos previdenciais, no momento em que nós fizemos o parcelamento e que estamos cumprindo êsse parcelamento, e nós somos dos poucos municípios que hoje podemos pleitear um financiamento, porque um dos ítens básicos para que se pleiteia êsse financiamento, é a quitação com o INPS. Nós tivemos um controle, um pagamento de diversas dívidas, com parcelamentos de outras, mas em compensação, tivemos um crescimento vertiginoso

tir em termos que já usamos, seriam os fatores incontroláveis, fatores que fugiriam a nossa capacidade de domínio. Pela ordem usou a palavra o Vr. Ennio Mendes de Siqueira, propondo a Casa a prorrogação dos trabalhos. Após várias considerações dos senhores vereadores com referência a continuação dos trabalhos, e se, Sr. Ennio o Prefeito teria condições ou não de continuar na reunião, disse o Sr. Prefeito, que a Câmara é soberana e acataria a decisão da Casa, mas pediria ao Sr. Presidente, cinco minutos de suspensão dos trabalhos para descansar um pouco, já que esse cansaço não é físico, mas é um cansaço mental. Em votação o requerimento proposto pelo Vr. Ennio, foram registrados 7 votos favoráveis e 7 contrários, e a Presidência desempatou favorável ao requerimento do vereador Ennio Mendes de Siqueira. Reiniciada a reunião, foi novamente feita a chamada que registrou a presença de 15 senhores vereadores. Prosseguindo com os trabalhos, a Presidência concedeu a palavra ao Vr. José Santana, para que o mesmo continuasse a fazer perguntas ao Sr. Prefeito. Outra pergunta feita pelo vereador José Santana: O vereador Dr. Sebastião Brasileiro de Castro, preocupado com a inconstância de localização da Delegacia de Polícia, entrou com um ofício na Câmara endereçado a orgãos estaduais, apelando para imediata construção de um prédio para que seja fixada a Delegacia de Polícia de Barras. Sabemos perfeitamente que o Estado, não dá nada de graça para os municípios, a não ser através de convênio. Pergunto: Vossa Excia já tomou algumas providências não somente que venha atender o gesto do vereador Dr. Sebastião Brasileiro de Castro no que tange a Delegacia de Polícia local, assim como também, venha atender à concretizar a instalação em Barras, da já criada pelo Governo do Estado De-

que dias atrás, nós tivemos um problema muito sério para arranjarmos um local em que funcionasse a nossa Delegacia. Ela chegou a funcionar em frente ao Forum, qdo nós assumimos a Prefeitura, e tendo o proprietário solicitado o imóvel, nós arranjamos outro através de uma imobiliária. Mas logo em seguida, houve um outro problema, porque a proprietária não concordava com o aluguel dêsse imóvel para essa finalidade. Nós estamos, digo, então, partimos novamente para a batalha, de conseguir um outro local para a Delegacia, e ela foi para uma propriedade do Sr. Édno Reis e ali permaneceu por um maior espaço de tempo. Para o uso próprio, houve por bem do Sr. Edno Reis no vencimento do contrato, até com bastante tolerância, aguardar que a Delegacia dali se deslocasse. Esta saída causou novamente êsse problema, porque todos o imóvel disponível, quando o proprietário tomava conhecimento que o aluguel era para a Delegacia, criava uma série de problemas, e êle não aceitava. Nós então, conseguimos um imóvel na Rua Comendador José Esteves que julgamos necessário para atender as exigências da instalação da Delegacia. O atual delegado foi ver esse imóvel, e achou que não estava de acôrdo com as necessidades da Delegacia, e então, nós dissemos a êle, que havíamos procurado outros imóveis, e êle também havia procurado, e não encontrando outro, o que nós tinhamos para colocar a sua disposição, era essa imóvel da Rua Comendador José Esteves. Êle ali permaneceu por pouco tempo, e não satisfeito, procurou outro imóvel, e eu disse a êle, que nós havíamos assinado um contrato com o proprietário e êle então, conseguiu, [illegible] Então ocupou [illegible] outro aluguel. Mas êsse

lizado? Nós temos também por força de convênio que dotar a Se-
de da Merenda Escolar de um local, e se nós estamos pretendendo, através de um projeto que hoje encaminhamos, solicitar autorização para colocação em concorrência pública o terreno do Cine Municipal, esse terreno engloba também a Merenda Escolar, nós teríamos então que destinar um novo lugar para a Merenda, e em princípio, seria destinada essa Casa. Quanto a nova Delegacia, e frisou bem o VR. José Santana, que há a necessidade da participação Municipal. O município colocou, ou melhor dizendo, o 8º B.P.M. doou uma área para a construção da Delegacia, e nós entendemos, que conseguimos do Comandante Tavares para que propuséssemos aquela área para a construção da Delegacia, então, não haveria onus para o município. Essa área não foi aceita pela Secretaria de Segurança, por julga-la pequena com dimensões que não atendiam as necessidades, e nós voltamos a procurar o Comando do 8º B.P.M. e dêles obtivemos a resposta que a área que o batalhão poderia dar, seria aquela, que outra área desfalcaria e causaria problemas. Nós com relação a também criada Delegacia Regional de Polícia, nós mantivemos um entendimento com a Secretaria de Segurança com o então secretário que antecedeu ao Coronel Washington Flôres, êsse elemento hoje está servindo no gabinete do vice-presidente da República D. Aureliano Chaves de Mendonça, que é o Coronel Clinicias; e êle então, nos encaminhou para os setores competentes, e as exigências para esta instalação são pesadíssimas para o Município, porque nós tínhamos aquele terreno apresentado que não atendeia as necessidades, nós teríamos então que oferecer outro terreno. Êles fariam a Construção, mas nós teríamos ainda um ônus pesadíssimo em termos de aparelhamento, in-

de equipar, e outras partes. Além disso, haveria uma série de outros ônus que nós teríamos, e eu achei, inviável esta instalação por esta quantidade de ônus. Na época eu me recordo; entramos em entendimento com o Dr. Paulo Lourenço naquele prédio situado em cima da Caixa Econômica Federal, e pusemos em princípio a disposição aquele prédio para que nós o alugássemos, mais depois vimos, que o ônus não seria só esse do aluguel, nós teríamos uma série de outros ônus que seriam pesados para que nós o assumissemos. Não creio que Barras não precise desse serviço, e acho que as autoridades governamentais devem reconhecer essa necessidade, mas nós sentimos quase da inviabilidade de nós assumirmos êsse ônus. Disse o Dr. José Santana que realmente S. Exia em 77 fez uma reunião com elementos ligados a Secretaria de Segurança, e realmente, os benefícios que iria trazer para Barras, ou seja, a Delegacia, seria com quatro delegados especializados duas viaturas, aparelhos telépticos com comunicação rápida com a capital e o estado, serviços de perícia, médicos e legistas, oito detetives e todas as demais especificações jurídicas e operacionais previstas. Mas como Vossa Exia acabou de dizer, é impraticável a instalação da Delegacia Regional em Barras, em vista dos ônus que vai tocar para a Prefeitura, e de imediato a Prefeitura não tem condições para oferecer ao Estado a sua parte para a imtalação da Delegacia Regional em Barras! No entretanto, se fizéssemos um esforço junto ao govêrno, para que essa parte que V. Exia disse; e suponhamos que ficasse só o terreno por conta da Prefeitura, teria viabilidade em que se instalasse a Delegacia Regional

Outra pergunta feita pelo Vr. José Santana: Se o governo do Estado, porventura prontificasse assinar um convênio com a Prefeitura, para a construção de um condizente Colégio Estadual em Bayas, estaria V. Exa. em condições de assinar tal convênio, e de imediato, doar o terreno e assumir responsabilidades dos demais compromissos em face do convênio, passaríamos instalado um outro colégio em Bayas? Respondendo disse o Sr. Prefeito que nós precisaríamos analisar quais seriam essas exigências com relação ao terreno, nós achamos que isso entendimento que tivemos com o Vr. Iraci Cândido, uma válvula de escape, uma possibilidade; porque nós acreditamos que o valor que possa ser conseguido pela venda do imóvel da Feira Municipal, lógico que nós obedeceremos as normas legais; vamos constituir uma comissão de avaliação, que determinará antes da abertura da concorrência, um preço mínimo para esse terreno. Não posso fazer uma estimativa muito precisa, mas acredito por bom senso, que nós conseguiremos uma importância, que possibilite uma sobra desse dinheiro. Se nós cumprir-mos o convênio que foi assinado com a C-D-I., me parece que o terreno deva ser de 400 mil m², que acho uma área pequena para que nós possamos implantar alguma coisa que nos dê força para reivindicar a vinda de Empresas. Mas, se nós triplicarmos essa área, vamos supor uma área de 1 milhão e 200 mil m²; corresponderiam a 40 alqueires que poderia ser numa terra de menos (de) cultura; digamos que custasse 80 mil cruzeiros o alqueire, nós teríamos aproximadamente 3 milhões e 200 mil cruzeiros, numa terra de menos cultura, uma terra mais barata. Se nós gastássemos 3 milhões de cruzeiros, nos possibilitaria uma sobra, sobra essa que foi destinada

tadual - Então, nós estamos achando um caminho para a aquisição do terreno; quanto a viabilidade, nós estamos em condições de assumir esse encargo, acho que essa fórmula seria a solução; quanto a agilidade do processamento vai depender inclusive dos senhores vereadores em concordarem com esse projeto, vai ter também uma parcela de responsabilidade em têrmos de prazo dos senhores vereadores, que se acharem de acordo e conforme, o aprovarão num curto espaço. Acho que deveria ser uma solução em curtíssimo prazo, porque as informações do Deputado Bastejon Branco, êle disse antes de sair da CARPE uma previsão orçamentária para a construção do Colégio Estadual. Se nós agilizarmos esse processo há a possibilidade de nós conseguirmos com esta solução, tentarmos atender perfeitamente os compromissos a ser impostos no convênio para a instalação ou construção de novo prédio do Colégio Estadual. Outra pergunta feita pelo Vr. José Santana: Sr. Prefeito, certa feita, Vossa Êxcia dissera que a opção para calçamento a blocretes, era em caráter provisório, e que estava liderando uma turma de calculistas com objetivo do retorno do calçamento asfáltico com preços compensadores para o erario público e os usuários. Agora o Senhor nos manda um projeto de lei, através do qual, se pretende entregar os calçamentos das vias públicas de Barras, a uma companhia especializada no ramo, como especializada é: A Copasa em água, a CEMIG em energia elétrica e a TELEMIG em telefones. Para apreciarmos tal projeto de lei, foi pedido nos pareceres lavrados pelas comissões o seguinte: Uma minuta da oferta a ser levado em hasta pública, que nos esclarecesse os requisitos da

exigido? b) O máximo de parcelamento de pagamento a ser exigido? c) Se o recebimento do numerário pelo serviço prestado, seria feito diretamente pela firma vencedora (como é o caso agora da empreiteira Sebastião Cruz Turco), se seria através de desconto em Banco, ou se através de financeiras. d) Em caso de parcelamento, qual seria a taxa de juros a ser acrescentado por mês. Pergunto: Poderia Vossa Excia nos informar, se desde o senhor liderava os calculistas, foi concretizado o estudo do preço do asfalto, que Vossa Excia dissera esperar ser compensador para o erario público e os usuários, assim como também nos fornecesse a minuta ou um xerox da oferta a ser levado em hasta publica, na qual conste as informações anteriormente mencionadas. Segundo o Sr. Prefeito, essa pergunta necessitava de alguns dados técnicos e mais minuciosos, e que na próxima reunião traria todos esses dados. Outra pergunta feita pelo VR. José Santana: Sr. Prefeito, o córrego que atravessa o Jardim Floresta, entre este bairro e parte da Rua Antonio Pereira, está deixando em estado calamitoso tal região, não somente pela parte sanitária, mas como também pela ameaça da erosão que em breve danificará vários predios. Pergunto: Se os moradores da região se cotizassem e se comprometessem a doar para a Prefeitura todo material necessário, estaria o senhor de imediato em condição de fornecer apenas a mão de obra, e assim, sanar aquele grave problema? Respondendo disse o Sr. Prefeito que a Prefeitura vem contribuindo com a mão de obra em várias modalidades de serviços, solicitados pelos munícipes, os quais contribuam com os materiais necessários, e a Prefeitura com a mão de obra. Entretanto, a diretriz da nossa administração é realizar-mos dentro das nossas reais possibilidades, a nossa programação de serviços sem que os munícipes tenham que contribuir com o material,

esse tipo de serviço, em que a Prefeitura contribui com a mão de obra. Entramos em entendimentos com os contribuintes, e procuramos atende-los, aceitando como encargo, a participação da Prefeitura na mão de obra. Outra pergunta feita pelo Vr José Santana: Sr. Prefeito, concernente as casas populares que o governo Federal, Estadual e o governo de Vossa Excia pretendem através de convênio, construirem em Barras, está em fase de andamento. Temos conhecimento que Perdões já passou em nossa frente, visto que, o Prefeito daquela cidade amiga, já adquiriu o terreno, como providencia a parte que cabe ao seu município. Segundo fomos informados, o plano para Barras foi estipulado Plano Fechado, isto é, o terreno não será doado pela Prefeitura, o abastecimento de água será pela Copasa e o de energia elétrica pela Cemig. Pergunto: Realmente este é o plano para Barras, como está o andamento do convênio a ser assinado, Vossa Excia tem condições financeiras para de imediato atender a parte que toca ao município de Barras? Respondendo disse o Sr. Prefeito que Barras realmente foi estipulado Plano Fechado, isto é, o terreno para as construções das casas populares ficará a cargo da empreiteira, energia elétrica será pela CEMIG, água pela Copasa, e a pavimentação ou o calçamento será pela Prefeitura. Estamos também contando com a participação do Deputado Federal João Bastos Branco, Carlos Eloy - secretário de Estado de Obras Públicas que mantivemos contactos pela telefone e que tem nos ajudado junto a direção da COHAB, e o nosso conterrâneo Celso Batista Dias. É pretensão da COHAB implantar em Barras 1.500 casas populares, e como já dissemos, o

número de inscrições feitas foram de aproximadamente 2.570 inscrições e a COHAB fará o levantamento sócio-econômico dando preferência aos assalariados que ainda não possuem casa própria, e atendendo também, as especificações com referência a documentação exigida no ato da inscrição. Referente ao número de casas que a COHAB pretende construir em Bonras, ou seja 1.500 casas, nós entramos em contacto com o Sr. Pedro Batista Dias, e pedimos a êle que entrasse em entendimentos com a direção da COHAB afim de estudar as possibilidades de elevar êsse número para 2.000 (2 mil) casas populares, dado pelo grande número de inscritos; e acho, que seremos beneficiados com a construção de 500 casas a mais, favorecendo assim aos interessados. Portanto, nós poderemos dizer que os nossos planos estão em fase de andamento, e acredito que brevemente teremos as casas populares em Bonras. Esgotando o horário de prorogação dos trabalhos, ou seja 23:55 hs., usou a palavra pela ordem o VR. Ênnio Mendes de Siqueira, solicitando a Presidência que fosse entregue ao Sr. Prefeito cópias xerográficas dos quesitos restantes, para que o Sr. Ênnio pudesse tomar conhecimento dêles, e trazer na próxima reunião os esclarecimentos necessários, os quais necessitavam de dados mais precisos; e em seguida, o Sr. Presidente encerrou a reunião, convocando os senhores vereadores para a continuação da reunião na sexta-feira dia 22, em que o Sr. Prefeito continuará atendendo a convocação feita, prestando a Casa esclarecimentos de interêsse da Comunidade Bonrense. Continuação da terceira reunião do quinto período de reuniões ordinárias da Câmara Municipal de Bonras (junho) da sessão legislativa de mil novecentos e setenta

do esclarecimentos à Casa, sobre assuntos de interesse da Comunidade Lavrense. Por vinte e dois dias do mês de junho do ano em curso, reuniram-se na sala de sessões do Legislativo Lavrense os seguintes vereadores: Elóvis Ribeiro, Dr. Sebastião Brasilino de Castro, Ennio Mendes de Siqueira, José Santana, Reges Leomélio, Iraci Candido de Souza, Álvaro Eustáquio Pedroza, Leonidas de Souza Leite, Sebastião Ferreira, Cristovão Fernandes Filho, Jésus Rezende Pereira e Fausto Pedroso. Prosseguindo com os trabalhos, o Sr. Presidente concedeu a palavra ao VR. Ennio Mendes de Siqueira, para que o mesmo continuasse a fazer perguntas ao Sr. Prefeito, concernente aos quesitos que ficaram pendentes. Pergunta feita pelo VR. Ennio Mendes de Siqueira: Sr. Prefeito, quando de sua campanha política às vesperas das eleições, Vossa Ecxia disse que faria uma administração baseada no seguinte: progresso sem sacrifício do povo, mas hoje infelizmente, talvez pela grande dívida que Vossa Ecxia herdou do seu antecessor e pela elevada folha de pagamento da Prefeitura, notamos que o povo para ter o benefício, é necessário que êsse mesmo povo tenha que cooperar com o município, como para colocar rêde de esgôto é necessário que o povo entre com o material, iluminação pública, é o povo quem paga mesmo não tendo lâmpadas em certas ruas, a COPASA cobra por uma pena d'água 548 cruzeiros. e agora quem quiser o asfalto em suas ruas vai ter que pagar mais 60% mais caro, pois esse será o lucro da Companhia e do Banco. Por tudo isso Vossa Ecxia não teria condições de asfaltar para benefício do próprio povo? Respondendo disse o Sr. Prefeito, que com muito prazer a indagação

eador, apesar desta pergunta não constar das perguntas q
me foram enviadas, mas entendo que essa pergunta o v
ador a faz, no sentindo de um melhor esclarecimento, de
pergunta feita anteriormente. Primeiramente eu vou respond
a essa complementação de perguntas do vereador, e depoi
nós voltaremos para as dúvidas que foram levantadas co
relação ao problema de asfalto. Dívidas anteriores, é do con
cimento de todos os senhores que elas existem. As dias envia
a essa Casa uma posição de apenas duas dessas dívidas,
com são dívidas que realmente pesam na balança orçamen
tária. Dívidas de financiamento que assumimos como enc
go, outras dívidas que já tivemos a oportunidade de falar
na sessão anterior e que achariamos até cansativo que r
risássemos. Mas, no momento em que aceitamos o encar
go da administração municipal, aceitamos esse encargo
entoto, e nesse entoto estão incluídos essas dívidas an
teriores que os prefeitos que nos antecederam, acharam p
bem, fazê-las, e o fizeram com autorização legislativa. E
sas dívidas realmente tornam as coisas mais difíceis, ma
não são essas dívidas que trazem o sacrifício do povo. O
vereador lembra o problema dos esgotos, o vereador estim
um aumento no custo do asfalto, projeto que ora tramit
nessa Casa em 50% ou 60%, é uma estimativa do verea
dor. Mas nós outro dia falávamos, e tínhamos inclusi
ve a anuência do vereador José Santana q do concordou
conosco, q do dissemos que os problemas da comunida
de principalmente devem ser resolvidos pela propria
comunidade. E nós não entendemos isso como sacri-
fício, entendemos como uma participação do povo,
o povo participa, o povo atende; nós podemos falar
na reunião anterior com referência ao esgoto, e nos
satisfez muito saber que o povo acredita na nossa

mente. Problema da água, taxas elevadas de água; nós encontramos uma lei votada, um contrato já sacramentado, o que nós fizemos apenas, foi dar seguimento a êsse contrato. Nós com isso, acreditamos estar respondendo a essa questão do nobre vereador, e prosseguiríamos, a respeito do asfaltamento. Nós solicitamos ao nosso auxiliar que providenciasse o Sr. Presidente antes do início da reunião, que nos permitisse aqui instalar um visual, porque acreditamos que para esta resposta, a questão do nobre vereador, e também com a questão referente a Prefeitura, nós precisaríamos desse visual. Primeiramente eu gostaria de responder alguma coisa que ficou pendente com relação a asfaltamentos de vias urbanas e nesta resposta, eu procurarei estar atendendo as dúvidas levantadas pelos vereadores Ênnio Mendes de Siqueira, Heloís Ribeiro e José Santana, com detalhes mais minuciosos com relação ao asfaltamento. Nós tivemos um questionamento a respeito de preços, e chegamos a conclusão que êsse preço poderia ser determinado através da concorrência, mas existiam detalhes de ordem técnica, e nós hoje trouxemos êsses detalhes que' passamos agora a relatá-los: Nós estamos pretendendo asfaltar aproximadamente ou inicialmente 100 mil m^2 de ruas e avenidas da nossa cidade, com um tratamento duplo, ainda em locais não dotados de qualquer tipo de pavimentação. A execução desses serviços deverá ser contratada diretamente pelos proprietários de imóveis interessados, e a Empresa que for vencedora da licitação, ficando a Prefeitura responsável pelo pagamento até o limite máximo de 25% da pavimentação

-proprietários de imóveis interessados e a firma vencedora da licitação. As vias públicas a serem asfaltadas, serão escolhidas de conformidade com pesquisas a serem realizadas, pelo licitante vencedor, com a interveniência da Prefeitura, e desde que a Prefeitura confirme o real interesse dos proprietários pela execução do serviço de pavimentação asfáltica, mediante a assinatura dos respectivos contratos, de forma a alcançar o mínimo de 75% em relação a área total. Essas ruas obviamente deverão contar com a indispensável infra-estrutura ou terão que ser essas infra-estruturas realizadas antes da pavimentação. Quanto às especificações e a descrição dos serviços: 1º item é a preparação da caixa. Esse item compreende a regularização do leito das vias públicas na sua conformação transversal e longitudinal. Exige-se para o leito um grau de compactação mínimo igual ao 100% com relação ao ensaio próctor normal. Correrão por conta empreiteira todo o trabalho de remossão do excesso do material, ou de necessidade de coloção de terras nas ruas, seria a adição de material q do necessário. Execução da base: Essa base deverá ser constituída por uma camada única de 20 cm de espessura, com controle de compactação, sendo o grau mínimo de compactação igual a 100% do próctor intermediário. A empreiteira adquirirá o material necessário, e será responsável pelas operações, de salvação, carga, transporte e descarga acompanhados de espalhamento de compactação e acabamento. O controle da qualidade do material, será exigido para cada 500 m³ de material retirado da jazida, um ensaio completo, para conformição da qualidade previamente verificada, devendo ser obtido um índice superior de suporte califórnea, igual ou superior a 30. O con-

dor em laboratório de solos de sua propriedade, instalado em Barras e sobre a fiscalização da Prefeitura diretamente ou mediante consultoria. A imprimação será feita sobre a base acabada e isenta de pó, como um material ligante betuminoso CM30 obedecendo as exigências do D.N.E.R. através da especificação de serviços P1471. O Revestimento será executado com tratamento duplo e capa selante, utilizando-se pedra britada na granulometria adequada, usando-se material betuminoso tipo emulsão catiônica RR1C com consumo médio de 4 litros por m^3, podendo variar a dosagem, a critério da fiscalização. A espessura final do revestimento será em torno de 3 cm. A pavimentação acabada terá uma inclinação do eixo para os bordos de 3% e deverá facejar na aresta superior da sarjeta que acompanhará o meio-fio e que servirá como acabamento junto ao asfalto. Essas sarjetas serão de concreto obedecerão os padrões usuais, e o seu custo em princípio estaria incluído no preço do asfaltamento. Fazendo um parênteses, nós dissemos que a Prefeitura será responsável pela substituição, levantamento ou rebaixamento das tubulações de esgotos sanitários e de águas fluviais, em ruas em que seja necessário um rebaixamento de uma rede de esgoto, isto ficará por conta da Prefeitura. Correrão ainda por conta da firma que vier a ser contratada para executar a pavimentação asfáltica, todas as despesas com material, pessoal, obrigações sociais e trabalhistas e quaisquer outros ônus que se refiram as realizações das obras referidas no presente. Os ítens básicos para o edital de licitação; a Item o objetivo ou

vantagens relativamente a realização das obras previstas, que serão executadas com a permissão do poder executivo municipal mediante o contrato com os proprietários de imóveis interessados e a empresa vencedora dessa concorrência, ficando a Prefeitura responsável pelo pagamento até o limite máximo de 25% para posterior ressarcimento na parte dos contribuintes considerados carentes, do custo total dos serviços que forem realizados, de conformidade com a lei municipal cujo projeto tramita nessa Casa. A habilitação das empresas interessadas deverá ser mediante a documentação necessária, como dispõe o artigo 16 do decreto federal 63.140 de 9 de novembro de 73, e ainda, como adendo, as cédulas de identidades dos responsáveis pela firma, relação dos equipamentos que será utilizado para êsse tipo de serviço; e para esse tipo de serviço nós vamos exigir que a firma tenha pelo menos: um trator de esteira com potência mínima de 140 HP, uma pá-carregadeira com potência mínima de 115 HP, uma moto-niveladora com potência mínima de 115 HP, dois tratores agrícolas com potência mínima de 90 HP cada, um conjunto compactador tipo pé-de-carneiro, um compressor de 8 toneladas, ou um rolo alto-propulsor de pneus com pressão variável, um caminhão pipa com barra distribuidora de água, dois caminhões basculantes, um caminhão espagidor ou caldeira rebocável equipado com barra distribuidora, um distribuidor de agregados rebocável. Ainda pediríamos um atestado dessa firma, passado por um órgão de administração pública, de que a firma ou seu responsável técnico, já tenha executado algum serviço similar. A prova de que a emprêsa tem um capital integralizado nessa data de no mínimo 1 milhão de cruzeiros; relação do pessoal técnico que empregará no serviço com respectivo "curriculum vitae". para demons-

aceitação das condições do edital, e a declaração de aceitação de qualquer decisão da comissão de licitação e do prefeito municipal, com relação a essa concorrência, sem que assista ao licitante o direito de qualquer reclamação ou indenização; as propostas deverão ser entregues como normalmente o são, em dois envelopes numerados, lacrados e dirigidos a Prefeitura Municipal, comissão de licitação, Deverá conter o envelope 1, toda a documentação necessária à habilitação, e no envelope 2, nós vamos exigir uma planilha de preço, devidamente assinada em 2 vias, com um cronograma conforme o modelo que nós pretendemos anexar; e o esquema das condições de pagamentos que poderão constar nos contratos a serem firmados pelo licitante vencedor, com os proprietários de imóveis, contendo esclarecimentos qto ao número máximo de prestações possíveis; cobrança de juros e acréscimo de outras despesas, se houver. Tudo isso será apreciado na licitação. Aqui nós temos uma informação complementar para o vereador José Santana, que nos fez uma solicitação a respeito das taxas dos financiamentos bancários. Nós colocamos essa hipótese, porque não estaria fora da própria firma que interessar em financiar esse serviço diretamente. Então nós, vamos deixar aberta essa hipótese. O prazo da validade da proposta, o prazo para início das obras que não deverá ser superior 30 dias corridos, da data da assinatura do respectivo contrato, e o prazo para execução de obras. O julgamento será feito primeiro pelo envelope 1, para depois proceder o julgamento do envelope 2; depois que as dúvidas do primeiro tiverem sido sanadas. Será

menor preço global, e que atenda as exigências contidas nesse presente edital, e que traga maiores vantagens principalmente para o contribuinte. Se houver empate entre duas ou mais propostas, nós consideraremos aquela que oferecer melhor condições de pagamentos aos contratantes, levando em consideração, o número máximo que a firma assim ofizer, o número de prestações, juros e etc. Em seguida, o Sr. Prefeito pediu permissão à Presidência, para deslocar até o projetor que se encontrava no salão de reuniões, para que o mesmo pudesse continuar respondendo a pergunta do Vr. Ennio Mendes de Siqueira. Complementando a pergunta feita pelo Vr. Ennio o Sr. Prefeito utilizou o projetor, e através de slides e melhor visualização, prestou alguns esclarecimentos aos senhores vereadores com referência a pavimentação que será realizada, e a infra-estrutura que vem sendo realizada na Avenida Evaristo Gomes Guerra, no bairro Jardim Glória. Continuando, indagou o Vr. José Santana que no projeto consta que seria acrescido por metro de asfalto uma certa percentagem, para cobrir o débito dos 15% que ficaria sobre a responsabilidade da Prefeitura, ou melhor, aqueles que iriam pagar 75% pagariam mais caro, para cobrir os 25% que ficariam a cargo dos menos carentes? Respondendo, disse o Sr. Prefeito que os 25% como prevê o projeto, seriam encargos assumidos pela Prefeitura, que logicamente, depois se ressarciria de acordo com o seu código tributário que dá uma flexibilidade grande para que nós possamos estudar cada caso, e vemos a necessidade real desse indivíduo, para que nós possamos então receber desse indivíduo, dentro das suas possibilidades, dentro do seu potencial de renda pessoal e familiar. Em seguida o Sr. Prefeito passou as mãos do vereador Secretário Ennio Mendes de Siqueira a planta de localização

novo prédio, para que ficassem arquivadas na secretaria da Câmara, e os senhores vereadores pudessem tomar melhor conhecimento delas. Continuando o Sr. Prefeito se deslocou até o projetor, e teve a oportunidade de esclarecer aos senhores vereadores através dos slides, a localização da nova Prefeitura, sua área de construção, fachadas e áreas interiores para serviços, ou melhor, sua área interior em geral. Prosseguindo com os trabalhos, o Ve. Ermio Mendes de Siqueira fez uma pergunta ao Sr. Prefeito que ficou pendente, com referência aos contratos mantidos com a Ellus Publicidade Ltda e Tenda Publicidade e Negócios, referentes a colocação de arquibancadas no carnaval 79, e se a Prefeitura alugou as arquibancadas colocadas, ou se a colocação foi por conta da Prefeitura? O Sr. Prefeito passou as mãos do vereador, as cartas convite, o orçamento proposta, e o contrato da ornamentação e locação das arquibancadas com Ellus Publicidade e Tenda Publicidade e Negócios. Com referência a pergunta feita pelo Sr. Presidente, indagando a situação do servidor público Sr. Gilberto Gil, o Sr. Prefeito passou as mãos do vereador o documento do departamento de pessoal da Prefeitura, em que afirmava que êsse funcionário se encontrava de licença médica. Continuando com os trabalhos, o Ve. José Santana fêz ainda algumas considerações com referência ao asfaltamento, cujo projeto está em tramitação nessa Casa, dizendo ao Sr. Prefeito, que S. Excia irá permiti-lo apresentar algumas sugestões através de emendas, que virá posteriormente ao conhecimento de S. Excia para aprová-las ou não. Segundo o Sr. Prefeito, justamente êle é um anti-projeto, para que sofra aqui os aperfeiçoamentos e realmente isso que nós esperamos do se-

que na reunião passada, êle foi um pouco extenso nas su-
perguntas, porque não esperava da morosidade dos andam-
to dos trabalhos, e pelo fato, por questão de senso, iria
abrir mão do seu tempo nessa prorrogação da reunião, por
que ainda restava algumas perguntas a serem feitas, mas,
por questão de senso, êsse tempo ficaria disponível aos seus c-
legas que ainda pretendiam fazer as suas perguntas ao Sr.
Prefeito. Apresentou o vereador que, se no final da reunião so-
brasse tempo, pediria ao Sr. Presidente que êsse tempo lhe fos-
se considerado, para que pudesse fazer as suas perguntas restan-
tes. Prosseguindo com os trabalhos, o Sr. Presidente concedeu
a palavra ao VR. Iraci Candido de Souza, que inicialmente
fez algumas considerações preliminares, vasadas nos seguin-
tes termos: Tenho três perguntas a formular a Vossa Êxcia
Sr. Prefeito, antes porém, há necessidade de algumas consi-
derações preliminares, para que a minha tranquilidade
seja assegurada, porquanto a minha posição é bastante
melindrosa, considerando-se a condição de funcionário
da Prefeitura e de vereador, ao mesmo tempo. Como fun-
cionário, cumpro as ordens de Vossa Êxcia, e como vereador
trago através da Câmara, as reinvidicações do povo que
me colocaram aqui, exatamente para isso, para zelar
o seu interesse. É por causa, exatamente dessa condição,
já fui submetido uma vez, a uma espécie de intimi-
dação em altos brados. É eu que durante toda a minha vi-
da me portei de maneira irrepreensível (na escola, em casa,
no trabalho), não quero de maneira alguma, a repetição da-
quele acontecimento tão desagradável, que eu não desejaria
nem mesmo para um inimigo, se eu o tivesse. Peço a
Vossa Êxcia, que se não se sentir satisfeito com as pergun-
tas que passarei a fazer, que faça as observações que jul-
gar necessárias

Primeira pergunta feita pelo vereador Inaci Bandido de Sou-za: Tenho me batido incansavelmente pela iluminação do Bairro Bela Vista, que já se torna populoso e continua mergulhado na mais densa escuridão. O superavit da taxa de iluminação pública existe para atender as despesas da extensão de redes de energia elétrica. Pergunta-se: Vossa Excia, não libera a iluminação do bairro Bela Vista só porque é um vereador da ARENA que está pedindo, e além de estar pedindo tem uma propriedade próxima aquele bairro? Respondendo disse o Sr. Prefeito que esta pergunta do nobre vereador, foi respondida, ou melhor, nós tivemos a oportunidade de dialogarmos com aqueles caros representantes do bairro Bela Vista que aqui estiveram na reunião anterior, naquele mesmo gabinete, que não é diferente daqui. Nós conversamos naquele mesmo gabinete, que não é diferente daqui referente a este assunto. Nós naquela oportunidade, expusemos aos moradores do bairro Bela Vista, o posicionamento da taxa de iluminação pública, ou seja, da diferença entre crédito gerado pela cobrança da taxa de iluminação pública e o débito desta mesma iluminação. Este saldo, por coincidência, nós havíamos recebido naquele dia, e sobre a nossa mesa de trabalho se encontrava o orçamento que nós mostramos ao nobre vereador Inaci, e aos moradores do bairro Bela Vista. Conversamos com êsses moradores a respeito da necessidade do bairro e da limitação dessa diferença, desse saldo da taxa de iluminação pública. Então mostrávamos naquela oportunidade, um orçamento que havíamos recebido da CEMIG para a colocação ou extensão de rede na Rua 15, do bairro Jardim Glória. Para a instalação de cinco postes equipados com braços luminárias para

dificações na rêde existente, para cinco postes, nos foi dado um orçamento da ordem de setenta mil quinhentos e cinquenta e cinco cruzeiros. Existe um desconto em função dos padrões existentes, êsse orçamento foi reduzido pelos padrões existentes em vinte e sete mil e quatrocentos cruzeiros que a CEMIG considera como parte do investimento, e nos deu aqui onde existia os padrões, um saldo de quarenta e três mil cruzeiros. Nós gostaríamos de dizer que estamos procurando soluções paralelas para atender com uma certa agilidade a êsse problema. Quanto a segunda parte da pergunta do vereador, se não liberamos a iluminação do Bela Vista só porque é um vereador da ARENA que está pedindo, e além de estar pedindo tem uma propriedade próxima aquele bairro? Também recebemos hoje resposta de um ofício nosso, datado de 4/06 e recebido por nós ontem, em que a CEMIG acusa o recebimento de um ofício em epígrafe, no qual solicita estensão de rede de distribuição na Rua Alfredo Marani e Rua 14 na Vila Cruzeiro do Sul nesta cidade. Êste interesse, esta solicitação foi demonstrada por um vereador da ARENA, vereador José Santana. Nós então, encaminhamos êsse pedido de solicitação, de orçamento, e o recebemos hoje. Disse o Vr. Irací Bandido de Souza, que certa vez ele me queixando há um vereador do M.D.B., que Vossa Êxcia não atendia os nossos pedidos e que estava desanimado com isso, êsse colega me disse, que os seus pedidos eram todos atendidos por Vossa Êxcia, inclusive ele o havia pedido para iluminar o bairro Joaquim de Sales, e foi o mesmo iluminado; e êsse colega pertence a mesma facção partidária de Vossa Êxcia. Respondendo disse o Sr. Prefeito que está procurando dar maior agilização aos trabalhos, porque hão de convir os senhores que nós estamos a disposição da Câmara. Como estive na reunião passada, e estou nessa, mas acho também que é preciso, porque para dar êsses esclarecimentos aos senhores vereadores, realmente me toma tem-

e preira. Eu gostaria de dar maior agilização a esse trabalho, mas gostaria então, pela insistência do nobre vereador eu lembraria ao vereador, que no dia 1º de março de 977 êle me solicitou que fizesse a recuperação do bairro Bascalho, Jardim Floresta e Martins, e foi atendido. Também foi solicitado pelo nobre vereador o patrolamento do bairro Bela Vista; a ligação da Rua Maurício Zackia com a Rua Comandante Mélio; que estudasse a possibilidade da mudança do matadouro, que está previsto para o orçamento de 1979, e algumas das suas solicitações foram atendidas. Estamos dando alguns exemplos para dizer que o vereador não teve todos os seus pedidos atendidos, como não tiveram os vereadores de ambas as bancadas mas dentro das possibilidades, nós temos procurado atender as solicitações dos senhores vereadores. Segunda pergunta feita pelo vereador Iraci Bandido de Souza; Fizemos indicação a Vossa Excia, para entrar em entendimento com o D.N.O.S., para canalização dos córregos da Santa Casa e do matadouro, focos de poluição e de desassossego dos moradores ribeirinhos com incidencias de enchentes. A pergunta seria se Vossa Excia, já tomou ou pretende tomar essas providencias. Respondendo disse o Sr. Prefeito que foi solicitado a esse departamento uma draga, para que fizéssemos uma nova limpeza nesse ribeirão, infelizmente, não sabemos porque motivo, se por encargo de trabalho dêsse departamento, nós não fomos atendidos. Mas, quero deixar bem claro, que pela posição política não vejo nenhum impecilho, porque tenho sido atendido em diversas outras solicitações tanto no âmbito estadual como federal. Nós entramos em contacto e fizemos essa solicitação, não sendo atendido, partimos para solução do projeto Rura que fizemos uma

da. Terceira pergunta feita pelo vereador: Solicitamos de Vossa Excia também a pedido de diversos moradores das margens do ribeirão da Zona Norte, a isenção ou pelo menos uma redução da ordem de 50% nos impostos predial e territorial urbano. Já que a Câmara Municipal de Barras, não vem merecendo a atenção de Vossa Excia no que tange as respostas dos requerimentos e indicações, gostaríamos de aproveitar essa oportunidade que Vossa Excia se dispõe a nos responder para levar àquelas pessoas que, nos incarregam dessa tarefa, uma resposta. Respondendo disse o Sr. Prefeito que em princípio não seria uma decisão unilateral, o Executivo não contaria com instrumento legal para proceder a essa redução, poderia então, me questionar o vereador a respeito da remessa de um projeto lei a essa Casa, que passasse me dar essa condição. Mas mesmo assim, se o fizesse, eu ainda continuaria sem um aliarçe, porque nós não poderíamos ter uma lei especifica beneficiando um determinado setor, a lei deve atingir a todos. Nós não poderíamos isentar sobre uma legislação que favorecesse a uma parcela e não atendesse o conjunto. Gostaria também de saber de Vossa Excia pergunta o vereador, se não o ofendi em nada com as minhas perguntas, para que a minha tranquilidade seja assegurada. Disse o Sr. Prefeito que toda forma de se espressar é um direito, e o dia-a-dia nos ensina a entender as formas, as maneiras, os modos de se espressar. Eu saio daqui e tenho certeza que pelo contrário, não afastado, mas muito mais próximo, muito mais irmanado ao nobre vereador para trabalharmos em benefício da nossa comunidade. Pergunta da vereadora Maria Aparecida Mesquita, ausente nessa reunião, mas feita pelo Sr. Presidente: O Deputado Castejon Branco já teve entendimentos com Vossa Excia relativas à construção do prédio da Escola Estadual "Dr. João Batista Hermeto". Recentemente esse parlamentar, majoritário em Barras, obteve

cretaria de Estado da Educação. Pergunto a Vossa Ênia se já tem em vista o terreno com o mínimo de 5 mil mts quadrados, área exigida pela CARPE para a doação do Estado. Respondendo disse o Sr. Prefeito, que nós solicitamos ao Sr. Presidente que fizesse a leitura desse requerimento, porque lamentamos profundamente a ausência da nobre vereadora, e acreditamos que ela aqui não esteja por motivos superiores, mas essa pergunta nós respondemos e nós queríamos com essa leitura dar conhecimento aos nobres vereadores, e nós a respondemos, aceito que de maneira satisfatória e objetiva; e antes da pergunta, nós já havíamos praticamente dito tudo isso que foi citado na pergunta da nobre vereadora. O próximo vereador a usar da palavra, foi o vereador Pery Cornélio, que passou a fazer as seguintes perguntas ao Sr. Prefeito: 1º) Seria possível desapropriar terreno no bairro de Lavrinhas, para a construção de um novo grupo, já que o atual encontra-se em condições carentes, não atendendo satisfatoriamente a demanda de alunos? Respondendo disse o Sr. Prefeito que o terreno da Escola Estadual Azarias Ribeiro, nós aproveitamos aquele momento de euforia em que todos nós encontrávamos, isso foi realmente um sonho acalentado por muitos a muito tempo, e que graças a compreensão entre os homens que estavam na época cargos de mando, nas esferas municipal e estadual, se chegou a um consenso que nos levou a um objetivo comum. Aproveitando daquela euforia, nós nos aproximamos do Sr. Bastejon que na época em que ele ainda exercia a função administrativa da CARPE, e nós, fizemos a pergunta a respeito da possibilidade de novas instalações para a Escola Estadual Oscar Botelho. Hoje o Deputado Bastejon Branco nos disse que

PE, a verba para essa finalidade. Nós fizemos então, uma contra proposta, incluindo a verba no orçamento da CARPE que nós doaremos o terreno. Ele se mostrou vivamente interessado, mas já não estava mais na direção da CARPE, porque havia se afastado para se candidatar, e, Ele não tinha mais aquela mesma força executiva, então, não foi feita esta inclusão. Nós mantemos o compromisso, se incluindo no planejamento da CARPE, essa verba para essa aquisição, nós daremos o terreno. Segunda pergunta feita pelo Vereador: Se se encontra criado o Distrito Industrial, se sim, onde se localiza, se não, quais as condições para que o mesmo seja criado? Respondendo disse o Sr. Prefeito que para a instalação estão em anexo ao projeto que remeti na segunda-feira próxima passada, e sobre o qual esplanamos, quando solicitamos a venda do terreno do antigo Cine Municipal, vinculando o produto dessa venda, a instalação do Distrito Industrial e ou para a Faculdade de Odontologia e aquisição do terreno da Escola Estadual Dr. João Batista Hermeto se houvesse a sobra. Assinar um convênio é muito fácil, basta que se reunam as partes interessadas e que se aponha num documento uma assinatura. Daí a sua realização, existe a necessidade, principalmente de recurso financeiros. Nós então, encontramos já um convênio assinado que data de 1975, quando encontramos aqui, e permita a lembrança, duas bibliotecas criadas nessa cidade desde de 1977, e só conseguimos instalá-las, uma por parte do Governo Estadual, e a outra por parte do Executivo, em 1977. Então, esse convênio data de 1975, Ele foi assinado, determina a participação da C.D.I. e da Prefeitura, e nós, na segunda feira fizemos uma crítica aesse convênio, no bom sentido, no sentido construtivo, porque afirmávamos aproximadamente em torno de 400 mil m², e esse terreno solicita-

ção ou liberação de um terreno de 430 mil m², que não achamos, que seria um pouco acanhado para as nossas altas pretensões. Terceira pergunta feita pelo vereador: Com relação as casas populares, em qual terreno há possibilidade para que se construam? Respondendo disse o Sr. Prefeito que, com relação ao terreno respondemos na reunião passada ao Ve. José Santana que nos inquiriu a respeito do terreno, e dissemos naquela oportunidade, que fomos incluido num Plano Fechado, e ao ser-mos incluido nesse Plano Fechado, não existe nenhuma responsabilidade direta por parte da Prefeitura para a doação do terreno. E não existe também uma responsabilidade por parte da COHAB Eu posso afirmar isso, porque já recebi e procurei atender da melhor maneira possível, firmas construtoras desse setor, firmas empreiteiras, nessa busca de localização procurei mostrar aqueles terrenos que era do meu conhecimento; terrenos da parte alta e baixa da cidade, procuramos diversificar. Agora, o detalhe do conjunto é uma decisão muito mais da empreiteira, ela procura ela nunca procura localizar menos de 300 casas num mesmo bloco, porque a partir de 300 casas existe também um convênio COHAB-CEMIG que a CEMIG coloca essa luz, sem nenhum ônus para a construtora. Então, seria praticamente fora de cogitação que se colocasse menos de 300 casas, mas mais de 300 casas êles podem colocar; êles podem colocar 300 casas na Barrinha, 300 casas proximo ao Batalhão, 300 casas no Jardim Glória, 300 casas no Bela Vista, 300 casas no Jardim Floresta; isso poderia ocorrer, mas há de convir comigo o vereador, que não há um interesse da própria empreiteira, porque ela teria que

de obras ela instalasse, maior seria o custo, porque o custo final, êles nos deram as bases de preço, o custo final é em função de um orçamento apresentado pela construtora e êsse custo final que será rateado pela função da determinação do preço de cada casa. A localização é difícil determinar, é um trabalho muito mais da imprensa interessada, do que do B.N.H., da COHAB, ou da própria Prefeitura. Quarta pergunta feita pelo vereador, foi referente ao asfaltamento das vias públicas de nossa cidade. Segundo o vereador, S. Êxcia o Prefeito na reunião de segunda-feira disse que de acordo com os pedidos de vereadores ou líderes bairristas, as ruas teriam a prioridade de acordo com os pedidos. Pergunta-se: Vossa Êxcia não concordaria, que num bairro que já reside um vereador, que somente êsse vereador pudesse entrar dentro do bairro com essa solicitação, porque senão seria o caso de criar-mos um cabo eleitoral de um partido ou de outro, e a Câmara se renovaria a cada quatro anos. Respondendo disse o Sr. Prefeito que não concorda com a sugestão, porque êle acha que a nossa cidade, o nosso Estado e o nosso País precisa é sente uma carência enorme de líderes e quanto mais líderes nós pudermos criar, aliás, nós não criamos os líderes, o líder se cria, ou quanto maiores, oportunidades de criação de novas lideranças, nós estaremos somando. Eu disse isso, apenas para buscar uma simplificação no trabalho, então, o líder surge naturalmente. A pesquisa seria da Imprensa e a fiscalização da Prefeitura, mas é lógico que poderia se dar uma maior agilização no processo, se os vereadores que estão mais em contactos e êsses líderes naturais que surgem, êles poderiam comissão, agilizar e colocar a sua rede em primeiro lugar. Quinta pergunta feita pelo vereador: Porque Vossa Êxcia, não responde os requerimentos dos senhores vereadores? Respondendo disse o Sr. Prefeito que é

citação, requerimento e indicação. Requerimentos pedindo informações e as solicitações pedindo uma reinvidicação daquele núcleo que o vereador representa. Então, apenas para citar algumas solicitações do vereador: Ele solicitou uma determinada época a recuperação da ponte da Vila Nenicucci, foi atendido. Solicitou que nós melhorássemos as ruas da Lavrinha, foi atendido. Solicitou que nós reformássemos aquela escada, ao invés de reformar-mos ou só reformar-mos nós construimos ali uma outra escada. Nós consideramos todas essas solicitações, o problema do atendimento é que tem que andar de acordo com as nossas disponibilidades, de tempo, de pessoal e financeira. Eu me recordo de uma solicitação da vereadora Maria Aparecida Nesquita feita em 1977, aliás foi uma das primeiras solicitações que eu recebi, que foi a ligação da Rua Desembargador Alberto Leuz, e hoje eu poderia responder a ela satisfeito, por poder estar atendendo essa solicitação que nós em breve iniciaremos essa ligação. Então, eu gostaria de desmanchar êsse mal entendido, mal entendido por parte dos senhores vereadores, e as vêzes, por minha culpa. Eu estou reconhecendo, e aqui dando a mão a palmatória há uma indagação do nobre vereador José Santana que cedeu o seu horário que eu não respondi um requerimento dêle, estou me penitenciando pelo requerimento. Quanto as solicitações, eu gostaria de continuar recebendo essas solicitações, mas gostaria também, que os senhores vereadores acompanhassem essas solicitações e elas estão sendo atendidas, sem nenhuma distinção política, mas sim, dentro de um planejamento. Espero que daqui, saiamos como o maior resultado colhido, dêsse diálogo, dêsse encontro com essa aproximação com êsse contacto com essa

ca os senhores farão política, nós faremos política, mas na hora de trabalhar pela comunidade. nós vamos nos conscientizar, que nós estamos aqui com uma responsabilidade muito grande. Se eu errei estou aqui me penitenciando, mas gostaria de deixar essa explicação, essa solicitação, que tentem acompanhar se nós estamos atendendo satisfatoriamente dentro das nossas possibilidades, as solicitações dos nobres edis. Esta pergunta feita pelo vereador: O problema da abertura de uma galeria na Rua Mennucci, há possibilidade de execução? Respondendo disse o Sr. Prefeito que irá estudar essa solicitação do vereador, e o vereador conseguiu o mais difícil, que é a aquiescência da Rede Ferroviária. Há dias atrás, um problema tratado pelo vereador José Santana com o Sr. Silvio Fontes, em princípio havia a necessidade de um escoamento, e êsse escoamento implicaria numa travessia pela Rêde Ferroviária. A documentação exigida, o número de plantas, a burocracia; e nós já fizemos uma outra solicitação anterior a Rêde Ferroviária que é com relação a rêde de esgotos do bairro da Barrinha, essa solicitação está pendente pelo menos sete ou oito mêses, em virtude da forma burocrática como trabalha a Rêde Ferroviária. Havendo essa aquiescência, essa boa vontade, eu vou estudar o problema, e se nós sentirmos que temos condições técnicas e orçamentárias para realizar êsse serviço, eu conto com a interferência do nobre vereador junto a direção da Rêde, pelo seu maior contacto com o Dr. Ismael, para que nós estudemos a possibilidade, e tentemos que êle nos auxilie na quebra dessa enorme burocracia que a Rêde sempre coloca. Sétima pergunta feita pelo vereador: Porque a Prefeitura cede seus funcionários para fazerem os serviços junto as barraquinhas, e na ornamentação do carnaval, e é justamente uma particular quem lucra com isso? Respondendo

ador seria um complemento da pergunta feita pelo vereador Ennio Mendes de Siqueira. Nós, e também estaria acompanhada de uma moção que nós acatamos do Sr. Presidente para a criação do Departamento de Turismo, que seria então, o aparelho próprio para esse atendimento. Nós não temos conhecimento da participação de funcionários da Prefeitura, em horários de trabalho na construção dessas barraquinhas. Gostaria que fosse formalizado pelo nobre vereador essa dúvida levantada, para que nós pudéssemos apurar. Quanto a ornamentação do Carnaval, eu gostaria apenas de lembrar ao vereador, que a ornamentação no ano de 1979 foi realizada pela própria Prefeitura. Quanto pergunta feita pelo vereador em quanto fica o m² de asfalto para a Prefeitura? Respondendo disse o Sr. Prefeito, que a determinação do preço do m² de asfalto para a Prefeitura, é diferente de uma determinação de um m² de pavimentação em continuidade. Se nós tomamos uma rua, e realizarmos nessa rua uma pavimentação, a determinação desse preço de m² se torna muito mais próximo da realidade. Há uma diferença na determinação entre esse preço, e o preço do m² para a Prefeitura. Um serviço feita em uma via pública, que não conte com nenhuma tipo de pavimentação ainda, implicaria em todos aqueles ítens que nós respondemos, quando das pretensões que nós fazemos se tiver autorização legislativa aquela concorrencia. Então, o nosso asfalto na remperação é mais barato, no entanto, acresça-se um ônus a esse tipo de trabalho, porque não há uma continuidade no serviço. Há também uma diferenciação em têrmos desses buracos, porque para um determinado buraco, ou buracos maiores, para que

tas 2 ou britas 1, buracos maiores, justamente para dar economia em têrmos de emulsão. Então, não nos permite dar ao nobre vereador uma resposta exata, mas posso dizer ao nobre vereador que nós estaríamos situados numa faixa aproximada de 120 cruzeiros o m². Perguntas feitas pelo vereador Pharoé Táquio Pedrosa: 1ª) Quais as possibilidades de extensão de rede de energia elétrica nos bairros Bandeirantes e Vila Alterosa? Respondendo disse o Sr. Prefeito que esta pergunta está relacionada, quando da pergunta feita pelo vereador Irani Bandeira de Souza, quando mostramos a diferença que resta desse saldo de iluminação e da impossibilidade de soluções a curto prazo. Nós inclusive aproveitamos a oportunidade para lembrar que atendemos uma solicitação do nobre vereador dentro dêsse assunto, quando estendemos a iluminação pública na Vila Ester. Repetimos que estamos trabalhando em paralelo na tentativa de uma solução, que não podemos adiantar porque ainda não temos elementos concretos que nos permitam. Mas, nós teremos elementos segundo informações recebidas da Câmara Federal, através do Deputado Newton Cardoso, a partir do mês de julho, não podemos adiantar porque envolve matéria financeira, se nós teremos uma notícia satisfatória; nós deveremos receber uma visita no mês de julho de uma comissão, e a partir dessa visita, é que nós teremos condição de dizer, se êles nos traçam alguma coisa de compatível com as nossas disponibilidades, para que nós possamos atender a curto prazo. Em caso contrário em têrmos simplesmente da iluminação pública, pela pequena parcela dessa diferença, nós a curto prazo não temos uma solução. Segunda pergunta feita pelo vereador: Junto com o IPTU, os moradores pagam a taxa de conservação. Mas esta conservação não vem existindo em boa parte das ruas. Algumas ruas localizadas antrais, não

Por que motivo? Respondendo disse o Sr. Prefeito que a pergunta do nobre vereador procede, aproveitaria para dar uma notícia de interesse, do bairro representado pelos nobres vereadores Álvaro Eustáquio e Dr. Sebastião Brasileiro que nós estamos fazendo uma reformulação na coleta de lixo, e que a partir de hoje foi determinado o atendimento ao bairro Nova Lavras. Nós temos deficiências, deficiências em têrmos de transporte, e essas deficiências não nos permite êsse atendimento. É do conhecimento dos senhores que nós assumimos diversos ônus, diversas responsabilidades, das quais nós não estamos imputando a impossibilidade da realização de todas as pretensões, mas significa um empecilho em parte a essas nossas pretensões. A nossa frota de veículos, é precária, é insuficiente. Nós estamos estudando a possibilidade dessa reformulação dessa frota, para que nós possamos aperfeiçoar. Introduzimos uma modificação no sistema de coleta de lixo, visando uma maior higiene e também a possibilidade de uma maior alteração nessa coleta, que realmente, já se faz sentir, e esta folga é que estamos permitindo estender algumas partes ainda que não atendendo, o problema no seu todo. A faixa de conservação, a que o vereador se refere, e eu a entendi, apenas para esclarecimento, essa taxa (cobrada é a taxa) que não se restringiria apenas na taxa de conservação. O seu título seria taxa de serviços urbanos. Então, é preciso que nós não analisemos só no aspecto de lixo nós temos que analisar em têrmos de capina, em têrmos de patrolamento de ruas, em têrmos de cascalhamento de ruas, e o mais importante, que é analisar em têrmos de esgotos, porque a Prefeitura de Lavras, não cobra taxa de esgotos. Ela cobrava taxa de esgotos, junto

esgotos, então, nessa taxa de serviços públicos além do lixo estaria incluído êsses outros ítens que nós falamos, e com um especial destaque, o serviço de esgotos que não cobramos nenhuma taxa ao contribuinte. Perguntas do vereador Aldair Ferreira, ausente nesta reunião, mas feitas pelo Sr. Presidente: 1º) Referente a construção da Biblioteca Pública, cujo crédito especial foi aprovado em junho do ano passado. Respondendo disse o Sr. Prefeito que uma das características principais do planejamento é a sua flexibilidade: Deve-se planejar, e sempre que possível, procurar que êsse planejamento seja o mais flexível possível. No plano que fizemos, obtivemos quando solicitado dessa Câmara, como bem disse o vereador José Santana, nós temos recebido dessa Câmara na maioria das vêzes em que a ela recorremos a sua aquiescência, nós recebemos dessa Casa, um atendimento a uma solicitação de um crédito especial. E êsse crédito foi feito em 22/07/978. Como êle não foi aberto nos últimos três mêses do ano e não foi utilizado, êle tornou-se sem efeito. Solicitando o uso da palavra, o vereador José Santana indagou do Sr. Prefeito se era do seu interesse continuar fazendo mais alguma explanação, para que fosse pedido a prorrogação dos trabalhos, dado pelo horário regulamentar que já estava esgotando. Disse o Sr. Prefeito que preferiria seguir a norma da reunião passada, e também manter uma certa coerência. Usou a palavra o VR-Sebastião Ferreira dizendo que as perguntas formuladas pelos senhores vereadores foram todas elas, de grande interesse para a comunidade. E assim respondendo o Sr. Prefeito, tendo aqui a Rádio Cultura que levou aos lares, aos ouvintes aquelas explanações que êle teve oportunidade de fazer durante o trabalho, tomou conhecimento de seus planos e das realizações que pretende fazer. Os nossos colegas que de fato, apesar da opo-

quando necessário, o apoio. É assim sendo, os projetos que aqui tramitam, como do asfalto e a construção da Prefeitura, de acordo com a explanação do Sr. Prefeito, no entendimento dos senhores vereadores, nós acreditamos, que poderá os nossos colegas assim estudar, e votar naqueles projetos, para que a nossa cidade possa ter os benefícios que necessita. O Sr. Presidente, agradeceu a presença de todos, da Rádio Cultura, do representante da Tribuna de Boavas, e especialmente, ao Sr. Prefeito pela sua vinda a essa Casa. Finalmente passou a palavra o Sr. Prefeito Municipal Dr. Maurício Pádua Souza, deixando registrado os seus agradecimentos àqueles membros da comunidade que aqui estiveram na segunda-feira próxima passada e aqui hoje estão. Deixar também os meus agradecimentos a presença da imprensa falada e escrita. Agradecer aos senhores vereadores pela maneira cavalheiresca com que me trataram nessa Casa, e eu não poderia imaginar que de outra maneira fosse, porque assim também aqui fui tratado há dois anos atrás, quando aqui estive para um diálogo como êsse. Acredito que êsse nosso diálogo hoje tenha sido mais proveitoso, do que há dois anos atrás. Hoje tenho certeza todos os senhores vereadores e o Sr. Presidente que encontraram para êsse diálogo não um escudeiro, mas um homem, muito mais preparado para o cargo pela sua própria vivência. Um homem que quer tomar em realidade tudo aquilo que aqui nós falamos. Um homem que volta a solicitar dentro da maior franqueza e da maior honestidade a colaboração que os senhores nos tem dado, mas que, o potencial dessa colaboração é muito maior em cada um dos senhores vereadores. Nós queremos realmente trabalhar

vamos fazer política, mas na hora de trabalhar, vamos trabalhar em benefício da comunidade. Nós aqui estamos não falando da boca para fora, realmente falando com um amadurecimento, com uma vivência do cargo, e falando aos senhores, com uma certa emoção. Esse é o nosso propósito, esse é o nosso princípio; sabem os senhores das nossas limitações pessoais, e limitações impostas pelo nosso orçamento. Sabem os senhores que herdamos ônus, repetimos duas vezes, e não achamos cansativo repetir a terceira, os ônus que recebemos, nós o assumimos, e é nossa função procurar a melhor de consilia-lo com a nossa estrutura orçamentária. Não é agredindo, não é atacando, não é menosprezando, não é tentando imputar as nossas falhas enlameando outros nomes ou outras pessoas, que nós iremos construir alguma coisa por nossa cidade. Acredito e aqui falo ao povo de Lavras em meu nome, e peço, a permissão do Sr. Presidente e dos senhores vereadores, para falar em nome do povo. Ninguém gosta mais dessa cidade do que nós, e é para ela que nós queremos construir alguma coisa. É para aquelas gerações que nos sucederem, que nós queremos deixar alguma coisa de concreto; eu proclamo aos senhores vereadores para que continuem a julgar junto com o Executivo aquilo que acharem correto, para que cobrem do Executivo os seus erros, para que chamem aqui, com maior constância, o Sr. Prefeito, para que mostrem a ele as suas atitudes que estejam fora de um caminho normal, e para que nos dêem também os seus aplausos nas nossas iniciativas que julgarem corretas, porque o homem público se realiza não através de remuneração, mas através do reconhecimento das coisas certas que realizou. E é corrigindo as nossas falhas que os senhores nos levarão a realizar essas coisas certas. Quero agradecer mais u-

receberam nesta Casa, e deixarem o meu gabinete aberto, como uma extensão da Câmara, porque lá os senhores receberão um tratamento igual e condizente com a consideração que nos merece um Poder Legislativo. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião em nome de Deus. —

Ata da quarta reunião do quinto período de reuniões ordinárias da Câmara Municipal de Barras (Piauí) da sessão legislativa de mil novecentos e setenta e nove. Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano em curso reuniram-se na sala de reuniões do Legislativo Barrense, os seguintes vereadores: Heloris Ribeiro, Dr. Sebastião Brasileiro de Castro, Ennio Mendes de Siqueira, Leônidas de Sousa Lima, Cristovão Fernandes Filho, Irani Bandeira de Souza, Maria Aparecida Nesquita, José Santana, Reyre Cornélio, Adair Ferreira, Fausto Pedroso, Jesus Rezende Pereira, Sebas-